

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ARUANÃ EMILIANO MARTINS PINHEIRO ROSA

**EVO MORALES E O ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA: A NOVA
CONSTITUIÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NAS ÁREAS DE SAÚDE E
EDUCAÇÃO (ORURO, 2001-2012).**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Santana do Livramento

2015

ARUANÃ EMILIANO MARTINS PINHEIRO ROSA

**EVO MORALES E O ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA: A NOVA
CONSTITUIÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NAS ÁREAS DE SAÚDE E
EDUCAÇÃO (ORURO, 2001-2012).**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA.

Orientador: Professor Dr. Victor Hugo
Veppo Burgardt

Santana do Livramento

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___

Banca examinadora

Prof ° Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof ° Ms. Franciele de Oliveira Pereira
(UNIPAMPA)

Prof ° Ms. Rafael Vitória Schmidt
(UNIPAMPA)

R793e Rosa, Aruanã Emiliano Martins Pinheiro

Evo Morales e o Estado Plurinacional da Bolívia:
a nova Constituição e as transformações nas áreas
de saúde e educação (Oruro, 2001-2012). / Aruanã
Emiliano Martins Pinheiro Rosa.

102 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, 2015.

"Orientação: Victor Hugo Veppo Burgardt".

1. América Latina . 2. Bolívia. 3. Pós-
colonialismo. 4. Departamento de Oruro. I. Título.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com a minha caminhada, em especial a minha família e minha mãe, sem ela os meus dias não estariam completos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus pela força e pela luz que tem me acompanhado todos esses anos. Sem ele nada disso estaria acontecendo em minha vida.

A minha trajetória na UNIPAMPA foi marcada por intensas experiências que me proporcionaram importantes mudanças em minha visão do mundo e das pessoas que nele habitam. Pude mudar meus hábitos, minhas concepções de certos assuntos e, além disso, pude adquirir um conhecimento formidável e imensurável sobre diversas questões que perpassaram o âmbito acadêmico institucional.

As amizades que surgiram, aos quais devo citar a Agnes e Rafa Masson, pelos incontáveis conselhos, momentos de alegria, minhas lágrimas compartilhadas e a “zueira” que em minhas lembranças foram épicas. Didi mana, Gustavo, Dib, Josie, Caique, Carol Ageitos, Carolzinha Amaral, Diulia, Daniel, Ale, Iara, Mayara, vocês sempre terão um espaço no meu coração e nas minhas ótimas lembranças. A Suzana e a Flor, obrigado por me ensinarem o que é lutar por um mundo mais igualitário. “Tamo junto” e a luta segue. A Duda meu amor, por me apresentar um mundo maravilhoso que não caberia nesse reduzido espaço pra escritos. A Rafa Rosa, palavras não são suficientes para descrever meu amor e admiração por você. Muito obrigado pela tua amizade sempre. Se por descuido não citei alguém aqui, peço desculpas, mas saibam que igualmente estão em minhas loucas e piscianas lembranças.

Devo agradecer também a uma pessoa que em minha jornada acadêmica me demonstrou o sentido do que é ser verdadeiramente humano. Adriele (Adri), você foi a pessoa responsável por concretizar um dos sonhos desse menino aqui que escreve. A tua indispensável ajuda na minha ideia de discutir diversidade humana na universidade, me levou a crer em um mundo melhor. Tua paciência e dedicação me conquistaram por

toda vida. Muito obrigado. A Caren e a Ruth por no início do projeto também me apoiarem.

Aos professores que conheci, devo destacar dois dos quais de certa forma tive maior aproximação. Ana Monteiro, eu serei eternamente grato as tuas aulas. Mostrou-me que além de economia, você é uma pessoa maravilhosa e saiba que se hoje, ainda quero seguir com a profissão de docente, você foi uma das responsáveis. Você é uma inspiração. Ao professor Flávio Lira devo agradecer pelo apoio em um complicado acontecimento em minha jornada acadêmica. Saiba que aquelas conversas me deram forças pra seguir em frente. Meu eterno agradecimento pela paciência e compreensão.

Ao meu orientador Victor Hugo, muito obrigado pelas sempre pertinentes considerações neste trabalho e pela paciência e dedicação em me orientar. O senhor sempre estará em minhas lembranças.

Evidentemente que não deixaria de agradecer a minha mãe poderosa pelo incondicional apoio nessa minha graduação. Obrigado por não me deixar voltar pra casa no meio da jornada. Obrigado pelo apoio as minhas inúmeras viagens acadêmicas. E olha que não foram poucas. Obrigado pelo seu eterno amor, carinho e dedicação. A senhora é peça fundamental nessa etapa que concluo. A minha irmã Indaiá, só eu e você sabemos o quanto as nossas conversas me ajudaram. Muito do que me tornei hoje, você ajudou a construir. Obrigado por me apresentar a Bey e toda essa turma de divas maravilhosas, que aí incluo você. Ao Puã, essa cara amarrada não me engana não, sei que do teu jeito você cuida e gosta. Amo você meu irmão.

Meu muito obrigado a UNIPAMPA pela sua excelência acadêmica. Vir para essa peculiar região do Brasil me tornou internacionalista. Coisa melhor não poderia acontecer.

E por fim, agradeço a essa “mana” que vos escreve. A jornada não foi fácil e de tranquila não teve nada. As lágrimas não foram poucas. A vontade de correr e ligar pra mãe e dizer que estava tudo tão difícil não foi pouca, mas preferia falar ao telefone que estava tudo bem. E ficou tudo bem, graças a Deus. Nada acontece por acaso. Todo sacrifício, horas de sono perdidas, diversão que deixei de frequentar, valeram para me tornar, com orgulho, bacharel em Relações Internacionais.

“I was born to be brave”
Lady Gaga

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.
Rosa Luxemburgo

“Eu não vim aqui pra fazer rabisco, eu vim para escrever um livro”.
Lidiane Ayang

RESUMO

A América Latina desde o processo de sua conquista esteve inserida em um contexto econômico, político e social, permeado por desigualdades que ainda hoje deixam resquícios nos países que fazem parte desta região. Os processos de ocupação do continente estiveram ligados diretamente a uma colonização que trazia consigo a imposição de um modo de vida econômico e social bastante adverso daquele que as populações originárias estavam acostumados, possibilitando que a sociedade que ali se construiriam estivessem baseadas em princípios europeus dos países ibéricos colonizadores. A Bolívia, assim como diversos países latino-americanos foram inseridos dentro de um cenário onde a colonização sofrida levou a um desenvolvimento econômico e social deficitário, na medida em que ao passar dos anos, desde a sua independência em 1825, os governos instalados não tinham como preocupação principal reduzir as desigualdades encontradas na sociedade civil nesta nação, seja pela maioria dos líderes políticos estarem alinhados a interesses externos, ou pela própria visão discriminatória que tinham a respeito da maioria populacional indígena boliviana. Igualmente, nos anos que se seguiram a independência, extensas dificuldades foram encontradas pela população do país, vivenciando a partir de 1964 um governo ditatorial que em muito contribuiu para colocar o país na rota dos ideários neoliberais e aumentar a pobreza de sua maioria populacional. Ademais, neste trabalho, procura-se demonstrar como a construção da sociedade boliviana foi afetada por esse passado caracterizado por desigualdades sociais, políticas e econômicas que tanto afetaram a sua população. Entretanto, no ano de 2005, um novo presidente, de origem indígena e com um histórico notadamente de luta contra as influências externas na Bolívia, ascende ao poder e logo em suas primeiras medidas promulga uma nova Constituição, que trata das questões indígenas com grande notoriedade e que, a partir de tal, transformações foram notadas no país. Através deste novo marco legal, uma análise de dados do censo populacional de 2001 e 2012, em especial nas áreas de saúde e educação, com recorte no Departamento de Oruro, demonstrou-se que o Estado boliviano tem procurado atender demandas de sua população, mas que ainda precisa de grandes avanços para construir um país igualitário.

Palavras-chave: América Latina ; Bolívia; Pós-colonialismo; Departamento de Oruro.

ABSTRACT

The Latin America since the process of its conquest was inserted in a context of economic, political and social, permeated by inequalities that still today leave remnants in countries that are part of this region. The processes of occupation of the continent was connected directly to a colonization you brought the imposition of a way of life rather adverse economic and social of him that the populations originating were familiar, enabling the society that there if they would have constructed were based on European principles of Iberian countries colonizers. The Bolivia, as well as various Latin American countries were inserted within a scenario where the colonization suffered led to an economic and social development in deficit, in so far as the years pass, since its independence in 1825, the governments had not installed as main concern reduce inequalities found in civil society in this nation is by most political leaders are aligned to external interests, or by own discriminatory view that had the respect of most Bolivia's indigenous population. Also, in the years that followed the independence, extensive difficulties were encountered by the population of the country, experiencing from 1964 a dictatorial government that in very contributes to put the country on the route of the neo-liberal beliefs and increase the poverty of its majority population. Furthermore, in this work, sought to demonstrate how the construction of Bolivian society was affected by this past characterised by inequality quintessential space, political and economic conditions that both affected its population. However, in 2005, a new president, of indigenous origin and with a history notably of fight against external influences in Bolivia, amounts to power and soon in their first measures promulgates a new Constitution, which deals with the indigenous issues with great renown and that from such transformations were noticed in the country. Through this new legal framework, an analysis of data from the population census of 2001 and 2012, in particular in the areas of health and education, with cut in the Department of Oruro, It was demonstrated that the Bolivian State has sought to respond to the demands of its population, but who still need major advances to build a country egalitarian.

Key- words: Latin America ; Bolivia; Post-colonialism; Department of Oruro.

LISTA DE SIGLAS

ASP – Assembleia para Soberania dos Povos
CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
COB – Central Operária Boliviana
EUA – Estados Unidos da América
INE – Instituto Nacional de Estadística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MAS- Movimento ao Socialismo
OI- Organizações Internacionais
ONU – Organização das Nações Unidas
ODM – Objetivos do Milênio
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNFPA – Fundo de Populações das Nações Unidas

Sumário

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 A EVOLUÇÃO DO ESTUDO DA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DA PERSPECTIVA REALISTA A PÓS-COLONIAL..... | 19 |
| 2.1 O primeiro grande debate na disciplina de relações internacionais: realismo versus idealismo..... | 19 |
| 2.1.1 O idealismo wilsoniano e o realismo de Morgenthau..... | 22 |
| 2.1.2 Uma análise dos princípios do Realismo Político de Hans Morgenthau..... | 24 |
| 2.2 A análise pós-colonial e a teoria do sistema mundo: uma alternativa as perspectivas tradicionais nas relações internacionais..... | 24 |
| 2.3 A perspectiva pós-colonial, as relações internacionais e a Bolívia..... | 30 |
| 3 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, A AMÉRICA LATINA E A INSERÇÃO DA BOLÍVIA NO CAPITALISMO GLOBAL..... | 37 |
| 3.1 A inserção latino-americana no capitalismo global..... | 39 |
| 3.2 A inserção boliviana no capitalismo global..... | 46 |
| 4.0 DO NEOLIBERALISMO À ASCENSÃO DO PRIMEIRO PRESIDENTE INDÍGENA DA AMÉRICA..... | 52 |
| 4.1 Os governos militares, o neoliberalismo e suas consequências para a sociedade boliviana..... | 53 |
| 4.2 A trajetória do MAS..... | 68 |
| 5 A NOVA CONSTITUIÇÃO E OS INDICADORES SOCIAIS NO DEPARTAMENTO DE ORURO..... | 72 |
| 5.1 O Departamento de Oruro dentro de um cenário transformador: uma análise comparativa dos Censos de 2001 e 2012..... | 76 |
| 5.1.2 Desenvolvimento humano: saúde e educação no Departamento de Oruro..... | 77 |
| 6 Considerações Finais..... | 88 |
| REFERÊNCIAS..... | 91 |

1 INTRODUÇÃO

O estado de subdesenvolvimento encontrado em diversos países da América Latina remete-se, entre outros fatores, a desigual inserção destes países dentro da divisão internacional do trabalho, uma vez que a globalização como processo desigual que se desenvolveu, levou os países menos desenvolvidos economicamente a uma assimétrica participação nos processos do capitalismo mundial.

A sociedade civil da Bolívia, predominantemente indígena e com um modo de vida bastante diverso do tradicional ocidental, foi direta ou indiretamente, excluída da preocupação governamental em lhes assegurar uma participação nas instâncias institucionais, econômicas e sociais do país, uma vez que a predominância de um poder elitizado e excludente permeou a história do país em questão, até a ascensão de um presidente indígena que rompeu com a lógica europeia de dominação.

Desta forma, no decorrer do trabalho, trata-se de questões relacionadas à eleição de Evo Morales e seu projeto para uma Bolívia mais igualitária e plurinacional, levando em consideração as mais de trinta etnias reconhecidas no território boliviano. Pode se observar essa preocupação com essa população no seu primeiro discurso como presidente eleito:

Bolivia parece Sudáfrica. Amenazados, condenados al exterminio estamos acá, estamos presentes. Quiero decirles que todavía hay resabios de esa gente que es enemiga de los pueblos indígenas, queremos vivir en igualdad de condiciones con ellos, y por eso estamos acá para cambiar nuestra historia, este movimiento indígena originario no es concesión de nadie; nadie nos ha regalado, es la conciencia de mi pueblo, de nuestro pueblo (MORALES, 2006, s.i).

A transformação institucional promovida no ano de 2009 com a proclamação de uma nova “Constitución Política del Estado”, pelo então presidente Evo Morales, evidencia a preocupação de se construir um país mais democrático, igualitário e que reconheça as diversidades étnicas e culturais desse ator sul-americano que ao passar dos anos vem ganhando destaque no cenário internacional.

É preciso evidenciar, ainda, que o processo de construção desta “nova” Bolívia tem seus antecedentes em um histórico de luta dos movimentos sociais indígenas que se pretende abordar no presente trabalho, como forma elucidativa para melhor

entendimento da conjuntura que levou um desses líderes sindicais à presidência do país através do MAS.

Por fim, procura-se responder se através do governo de Evo Morales, no período analisado comparativamente, 2001 a 2012, e a implementação de uma nova Constituição na Bolívia, houve redução das desigualdades no que se refere as áreas de educação e saúde, no Departamento de Oruro.

O recorte temporal escolhido para o presente estudo foi o período entre 2001 e 2012 por compreender a realização de dois Censos populacionais que além de possibilitar uma análise situacional do país, possibilitou verificar possíveis transformações na sociedade boliviana. Ainda assim, considerar o ano de 2009 como marco em um novo momento político que a Bolívia vivenciara com a nova Constituição. Assim, logo após um ano de sua vigência, transformações na sociedade boliviana são notadas e a atenção do Estado às carências populacionais, notadamente cresceram, especialmente no Departamento de Oruro, plano de observação do presente trabalho.

A emergência de um governante oriundo dos movimentos sociais quebrou uma longa tradição de escolha de governantes dos segmentos dominantes de origem europeia. A nova Constituição, promulgada por Evo Morales, com mecanismos próprios para responder as demandas dos povos indígenas, trouxe perceptíveis sinais de mudança na sociedade boliviana, principalmente para a população autóctone aymara, que representa 38.07% da população do país segundo o INE boliviano.

No contexto de Oruro, percebe-se uma crescente melhoria nas condições sociais, políticas e econômicas da cidade, através da atuação de um Estado que tem procurado diminuir as desigualdades e exclusão dessa população no país.

O Departamento de Oruro foi escolhido pelo fato de estatisticamente, através do Censo 2012 realizado pelo INE boliviano, apresentar um dos melhores percentuais na região centro-oeste da Bolívia em redução da pobreza e do crescimento de pessoas não-pobres no território, passando de 32,1 % (2001) para 53,0 % (2012), demonstrando significativas mudanças nos indicadores sociais. Além disso, apresenta-se como um dos municípios de melhores taxas de redução das desigualdades sociais no que se referem os indicadores de alfabetização, por exemplo, com 96,0% da população alfabetizada.

Tais cifras cobram uma investigação sobre os vetores que podem interferir nas evidências aqui observadas. Historicamente, a exemplo de Potosí e de Uyuni, a população de Oruro foi marginalizada, ao longo de todo um período, desde o contexto

colonial. A independência boliviana, seguida de longos períodos instáveis política, econômica e socialmente, não proporcionou a melhoria de vida de tais populações.

Por apresentar maioria populacional indígena, como já citado, mesmo no período pós-independência, esses indivíduos tiveram seus direitos negados como cidadãos, através de um Estado que enfaticamente selecionava quem poderia se inserir política e economicamente no país.

Neste contexto de exclusão da população indígena, García Linera nos exemplifica que “ficou evidente quem seria considerado cidadão pelo Estado nascente e quem não seria” (2010, p.101) neste período pós-independência.

O Departamento de Oruro se insere nesse âmbito na medida em que seus habitantes, indígenas, sofreram com essa exclusão e falta de inserção social, mas que a partir de um novo governante de origem étnica aymara, verificaram-se sinais de melhoras no desenvolvimento humano dessa parte do território boliviano. O conceito de desenvolvimento humano será posteriormente desenvolvido no decorrer do trabalho.

A emergência do governo de Evo Morales e a maior inserção da população indígena na política, ao que parece, melhoraram as condições destes segmentos, fazendo com que os índios se inserissem mais institucionalmente, ocupando cargos na política ou cargos que tendem a influenciar na condução do poder.

O trabalho justifica-se pela crescente importância da Bolívia como ator nas relações internacionais e principalmente no que se refere nas relações sul-americanas. A sua localização, assim como a proposta empreendida por Evo Morales de um novo país a ser construído após a nova Constituição de 2009, demonstram que a emergência de um líder sindical e do movimento social indígena boliviano¹, pode modificar as estruturas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade predominantemente desigual e deficitária no que se refere a atender as necessidades de sua maioria populacional.

A Bolívia nos últimos anos tem conquistado relevante espaço no cenário mundial, seja pela atuação de seu presidente, seja pela sua expansão econômica, como é apontado pela CEPAL em um PIB de 5% de crescimento para o ano de 2015, sendo este um dos melhores na América do Sul.

¹ Essa não é uma variável que necessariamente implica em causa e efeito, pois não é porque o indivíduo vem de certos movimentos sociais que necessariamente ele procurará atender as demandas do mesmo quando chegar ao poder.

Portanto, o país é sem dúvidas um dos atores sul-americanos de ascendente destaque nas relações internacionais e no que se refere às mudanças que podem ser empreendidas por um diferente modelo de desenvolvimento. A situação de Oruro, portanto, servirá como um pequeno universo em que se poderá entender os sentidos possíveis das mudanças que tendem a ocorrer em um horizonte bem maior, isto é, o horizonte nacional boliviano.

Seguindo, o objetivo principal deste trabalho é analisar como a nova Constituição boliviana, promulgada em fevereiro de 2009, possibilitou transformações na sociedade civil da Bolívia. Neste sentido, permite-se orientar tal estudo considerando, inicialmente, as teorias realista e pós-colonial das relações internacionais no contexto boliviano. Objetiva-se, ainda, verificar até que ponto os aspectos relativos à saúde e educação sofreram mudanças significativas no Departamento de Oruro, plano de observação escolhido para a pesquisa cujo resultado ora se comunica. Procura-se evidenciar, nesta oportunidade, as transformações sociais provocadas pela nova Constituição boliviana neste cenário, no período de 2001 e 2012, por meio da chegada ao poder de um líder sindical e indígena à presidência do país. A fim de dar um entendimento melhor sobre o contexto aqui trabalhado, objetiva-se retomar, de forma breve, a trajetória histórica boliviana desde aspectos relacionados à sua colonização, ressaltando o período compreendido pelo modelo neoliberal, até a eleição de Evo Morales para a presidência do país.

A história da América Latina é marcada por sucessivos processos conflituosos no que se refere à consolidação de Estados autônomos e capazes de superar a ótica ocidental colonizadora e capitalista mundial. Os países latino-americanos, historicamente passaram por processos de exploração e uma desigual inserção no sistema capitalista, uma vez que as relações comerciais, desde a colônia, estiveram baseadas em uma troca assimétrica em que desigualdade estava presente.

A culminação do processo de ocupação da América Latina está diretamente ligada à ideia dos colonizadores de marginalizar as outras populações que já habitavam a região, já que os colonizados deveriam ser subjugados como indivíduos que não eram capazes de possuir autonomia para gerir seu próprio território, sendo estes os “não civilizados” e cabia a Europa levar a “civilização” aos mesmos.

Essa ideia remete-nos a visão eurocêntrica de perceber o resto do mundo, ou seja, acreditava-se que somente a Europa deveria ser a propagadora de uma modernidade que os mesmos entendiam serem únicos protagonistas. As populações americanas, segundo

essa visão eurocêntrica, eram indivíduos que nada possuíam como identidade, sistema econômico, divisão social ou qualquer outra característica que pudesse ser entendida como própria dos que habitavam essas terras. Portanto, esses indivíduos eram considerados viventes de uma sociedade ahistórica, que nada possuíam e que os europeus da civilização moderna eram os responsáveis por instruir e implementar seus valores para aquelas pessoas não ocidentais.

Diante dessa perspectiva, no primeiro capítulo, procura-se analisar essas tradicionais visões dos colonizadores baseado em autores como Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Walter D. Mignolo e outros contribuintes das teorias pós-coloniais, que contribuíram para dar voz ao colonizado, passando primeiramente pela evolução das teorias das relações internacionais até que se chegue no debate pós-colonial, que fundamentalmente embasará este trabalho. A partir de tais teorias, ressalta-se a importância dessas contribuições para que se entendam os desiguais processos vivenciados por diversos países latino-americanos e seus habitantes, em especial a Bolívia e a população indígena.

Ainda à luz das contribuições pós-coloniais, convém ressaltar que o desenvolvimento de uma economia europeia capitalista, deve-se em grande parte a contribuição latino-americana a essa consolidação de um sistema-mundo capitalista que se apoiara da América Latina para dar seguimento ao seu projeto de acumulação que resultaria em uma Europa mais desenvolvida economicamente. O termo sistema-mundo é utilizado aqui segundo as contribuições de Immanuel Wallerstein para as relações internacionais.

O que se deve atentar é que as contribuições pós-colonialistas vêm a questionar a utilização tradicional e colonial até mesmo do saber e do entendimento das causas do subdesenvolvimento dos países não ocidentais, e procura desconstruir o viés não igualitário do desenvolvimento de uma economia mundial assimétrica, que através de uma divisão internacional do trabalho que subjuga outros povos, se legitima para persistir a dominação. Isso se estenderia a diversos países da América Latina, entretanto procurara-se trazer como a Bolívia se insere nesse contexto.

A Bolívia, assim como a maioria dos Estados do sul do continente, se insere no contexto das contribuições pós-coloniais e mesmo do sistema-mundo de Wallerstein, uma vez que sua história foi marcada pela tentativa de descaracterização de sua população durante certo período e a instabilidade política, social e econômica pode ser entendida como fruto de um sistema capitalista mundial e europeu colonizador, pautado

em grande período de tempo por ideais neoliberais. Assim, no segundo capítulo, será tratado como a Bolívia se inseriu no contexto das relações econômicas internacionais.

Com relação ao neoliberalismo aqui considerado, cabe ressaltar que a Bolívia, assim como a maioria dos países da América Latina, passou por um processo de adequação à cartilha neoliberal nos anos 90, com as privatizações de estatais e a consequente repressão contra a classe operária, visto que o então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, em uma de suas reformas estruturais, almejava vender o gás boliviano para os norte-americanos por preços muito baixos.

Bourdieu bem explicita as desiguais condições que o programa neoliberal implementa e quem são os reais beneficiados por essa política econômica :

O programa neoliberal extrai sua força social da força político-econômica daqueles cujos interesses ele exprime – acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou social-democratas convertidos às desistências apaziguadoras do *laissez-faire*, altos funcionários das finanças, tanto mais obstinados em impor uma política pregando sua própria extinção porque, ao contrário dos executivos das empresas, eles não correm nenhum risco de pagar eventualmente por suas conseqüências. O programa neoliberal tende assim a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais, e a construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de estrangulamentos enredando os agentes econômicos (BOURDIEU,1998,p.137-138).

As contribuições do capitalismo histórico de Wallerstein servem para caracterizar uma parte do mundo em que se vigorava ou vigora, os processos de exclusão e desigualdades provocados por um sistema mundial econômico que tem em sua natureza os próprios princípios coloniais discriminatórios e desiguais. Wallerstein (2001) nos elucida que “forças de trabalho foram criadas nos lugares certos, com os níveis mais baixos possíveis de remuneração, no interesse dos que desejavam facilitar à acumulação de capital”, remetendo a lógica anteriormente citada de uma divisão internacional do trabalho assimétrica e capitalista de diferenciação, ou seja, as desigualdades provenientes do sistema econômico que rege o mundo estariam ligadas ao seu próprio processo histórico de formação.

Destarte, no próximo capítulo, procurando entender como a implantação das práticas neoliberais e suas conseqüências para uma sociedade que historicamente sofreu com as desigualdades proporcionadas por tal sistema tratam-se do contexto que levou a eleição do primeiro presidente indígena da América, com uma contextualização em

como os governos militares contribuíram para reforçar os ideários neoliberais na Bolívia e como isso contribuiu para eleição de Evo, com seu discurso contra o neoliberalismo.

No quarto e último capítulo, procura-se responder de que forma a nova Constituição da Bolívia promoveu a redução das desigualdades na sociedade civil boliviana, em especial no que concerne a educação e saúde no Departamento de Oruro, localizado no oeste boliviano.

Para essa investigação, utiliza-se o método dedutivo, uma vez que esse explica o conteúdo das premissas e iremos partir de um caso geral, as perceptíveis reduções nas desigualdades na Bolívia, para o caso específico da cidade de Oruro, no que tange aos índios. A “Constitución Política Del Estado” boliviano será a fonte primária para se evidenciar o objetivo geral, através de sua análise.

Com relação às fontes, uma revisão de dados foi realizada, assim como a utilização de documentos oficiais e dados estatísticos do Instituto Nacional de Estadística da Bolívia (INE) e de outros órgãos que sinalizem os indicadores socioeconômicos do país em estudo, como a CEPAL. O método histórico também será utilizado. Este método, segundo LAKATOS (2009) “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos”. A pesquisa desenvolveu-se de forma qualitativa e quantitativa.

A pesquisa qualitativa, segundo MAANEN (apud Neves,1996), “tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação”.

Portanto, além de um resgate histórico, através de análise bibliográfica e documental, realizou-se uma retrospectiva da organização política indígena, entendida esta como um movimento social que luta pelo reconhecimento de suas identidades e de seus direitos, em especial o MAS. Em vista disso, sendo o oeste da Bolívia o local de maior incidência da pobreza, o trabalho buscou evidenciar as efetivas mudanças provocadas pela instituição de uma nova Constituição no país, no contexto do Departamento de Oruro.

2 A EVOLUÇÃO DO ESTUDO DA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DA PERSPECTIVA REALISTA A PÓS-COLONIAL

O crescente processo de globalização e dependência que as nações experimentaram principalmente a partir dos anos 1990, leva a sociedade a questionar cada vez mais as consequências que tais processos poderiam trazer para um mundo mais globalizado e integrado, seja por laços políticos, econômicos, culturais ou sociais.

Entender as relações internacionais e suas diferentes variáveis diante dos acontecimentos que marcaram o sistema internacional, é de fundamental importância para que se alcancem os objetivos deste trabalho, uma vez que ao passar dos anos, diversas teorias surgiram para explicar as relações entre os Estados e a construção de um possível regime de cooperação entre os mesmos.

O estudo das Relações Internacionais passou por modificações que levaram o debate para um âmbito fora daquele que frequentemente era de exclusividade dos Estados e de seu corpo diplomático, passando a ser realizado dentro de universidades e mesmo no cotidiano da sociedade civil. Diariamente, seja por divulgação midiática ou por conversas informais, encontramos notícias internacionais que de forma direta ou indireta, tem impacto sobre nossas vidas.

Nesse contexto surgem as teorias das Relações Internacionais com intuito de “formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.2).

Desta forma, no próximo item, procura-se abordar o debate a respeito da construção de tais teorias e suas diferentes modificações ao longo da história, que para além do entendimento estritamente estatal, passou a englobar novas perspectivas na agenda política internacional, como tratar de questões de ambientais, de direitos humanos e a compreensão social do indivíduo.

Para isso será tratado da evolução do debate teórico da disciplina de Relações Internacionais e a primazia de sua visão convencional, até a posterior introdução do debate pós-colonial, que visava questionar a utilização de um saber em grande parte excludente.

2.1 O primeiro grande debate na disciplina de Relações Internacionais: realismo versus idealismo

Entre as diversas teorias desenvolvidas para explicar o cenário internacional e as relações de poder entre os Estados, duas correntes de pensamento vão ganhar destaque

no campo de debate entre vários autores: o idealismo e o realismo, com este último alcançando notoriedade na política internacional, principalmente até a década de 1970.

O estudo sistematizado das Relações Internacionais é datado de 1917 com a fundação de um pioneiro centro de Relações Internacionais na Escócia com o intuito de debater as possíveis prevenções da guerra, ressaltando que neste momento o fim da Primeira Guerra Mundial era o pano de fundo desse debate.

2.1.1 O idealismo wilsoniano e o realismo de Morgenthau

Diante desse contexto, surge a corrente idealista propondo que a regulação no relacionamento entre os Estados deveria ser pautada pelas OI e que, fundamentalmente a cooperação entre os mesmo levaria a manutenção da paz dentro de um sistema internacional harmonioso, estabelecendo assim, uma paz duradoura. O presidente norte-americano Woodrow Wilson (1913-1921) foi uma importante figura para a difusão da corrente idealista no mundo, na medida em que promoveu um discurso no Congresso americano com os “14 pontos” para colocar fim a Primeira Guerra Mundial, e tais pontos foram balizadores na Teoria Idealista das Relações Internacionais.

Nesse contexto “o idealismo pode ser interpretado como um conjunto de princípios universais que defende a necessidade de estruturar o mundo buscando o entendimento, através de condutas pacifistas, onde a confiança e a boa vontade sejam os motores que movimentam a História” (MIYAMOTO, 2000, p.15).

O idealismo estaria baseado em três princípios fundamentais tais como a democracia, a autodeterminação e a cooperação e, conforme Pecequillo observa, essas premissas estariam caracterizadas da seguinte forma:

A democracia e a disseminação de seus valores e prática, uma vez que a criação de um sistema baseado na igualdade e solidariedade eliminará incentivos à conquista e levará o compartilhamento de princípios entre os homens, promovendo a homogeneização e paz das sociedades (segundo estas visões “as democracias não vão à guerra umas com as outras”); a segurança coletiva, visando incentivar a cooperação entre todos os Estados tornando-os parceiros e não mais competidores por meio de sua integração em arranjos multilaterais nos quais compartilharão decisões e ações, simbolizado na Liga das Nações (o embrião da ONU); e a autodeterminação, que garante o direito ao autogoverno (a soberania, por assim dizer) de todos os povos que possuem uma unidade, uma identidade política, cultural, étnica ou religiosa em comum (2012, p. 144, 145).

Seguindo, a superação dos interesses estatais se daria através da cooperação econômica e política, que refletir-se-iam no sistema. Em contraponto a essa corrente, os realistas eram descrentes quanto à cooperação internacional para superar os problemas do sistema, uma vez que os Estados estariam sempre buscando pela manutenção de seu status quo, além da premissa de que o poder é o motivador das relações entre as diferentes nações.

Diversos autores se debruçam para entender as relações entre os Estados e o que os motiva a realizar suas ações dentro do sistema que estão inseridos. Por ser uma corrente de maior aceitação dentro da disciplina de Relações Internacionais, os realistas ganharam destaque com autores como Tucídides e Maquiavel, onde este último observa que o princípio da força é o que motiva os governantes.

Na contemporaneidade, Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e Eduard Carr são autores de grande relevância para o entendimento de tal teoria. Segundo Carr, em seus escritos *Vinte anos de Crise 1919-1939*, a política internacional, fundamentalmente baseia-se na busca pelo poder, uma vez que é da natureza humana este princípio. Portanto, o autor afirma que “(...) no campo da ação, o realismo tende a enfatizar o poder irresistível das forças existente e o caráter inevitável das tendências existentes, e a insistir em que a mais alta sabedoria reside em aceitar essas forças e tendências, e adaptar-se a elas” (CARR, 2001, p.14). O autor ainda critica veementemente a resposta do Presidente Wilson quando questionado sobre o funcionamento da Liga das Nações, onde este afirma: “Se não funcionar, teremos de fazê-la funcionar” (2001, p.12). Para Carr, isso significava uma falha da utopia que os estudos da política internacional estavam presos.

Cabe destacar aqui, que a linha de pensamento do autor diverge em relação ao realismo do tipo *realpolitik*, que não acreditava na influência de valores morais nas relações entre os Estados, e como nos elucida Rodrigues:

(...) Para o historiador, os Estados não são desprovidos de moral, mas, ao contrário, têm uma moral própria porque são entidades distintas dos indivíduos que os compõem. Se sobreviver é uma necessidade de cada Estado, a realização de acordos ou o surgimento de regras que auxiliem na busca dessa meta tem o seu porquê e se efetivam em acertos pontuais, não em projetos utópicos.

O direito internacional, então, seria o conjunto de códigos morais voláteis, traçados por entidades – os Estados – que os negociam e assinam dentro de sua luta primordial pela sobrevivência (2010, p. 51, 52).

O pano de fundo das análises de Carr foi o período entre guerras (1919-1939), que em grande medida serviu para fortalecer os críticos realistas, na medida em que regimes internacionais de segurança coletiva pareciam se dissolver diante de acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial. O conceito de regime internacional aqui empregado é definido segundo de Stephen Krasner, onde:

Os regimes podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscricções específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva (2012, p.94).

A eclosão da Segunda Guerra Mundial e a nova ordem de poder que surgiria no sistema internacional com o despontamento dos EUA e URSS, nas palavras de Rodrigues (2010) encorajou os realistas a trabalharem teoricamente para que os seus pressupostos teóricos acabassem com as concepções idealistas liberais. É nessa perspectiva que surgem analistas como Hans Morgenthau, importante teórico realista que consolidou esse debate no campo das relações internacionais.

Diante do fim das duas grandes guerras mundiais entre 1918-1945, Morgenthau vivenciou períodos que influenciaram na formulação de sua teoria realista de política internacional. Acontecimento como o desastre da Liga das Nações e o consequente fracasso de uma paz mundial ao fim da Primeira Guerra Mundial, leva o realismo a se consolidar como teoria analítica no campo das Relações Internacionais. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz* é sua obra de maior influência no estudo das Relações Internacionais e para melhor compreensão de tal teoria, a seguir, analisam-se os princípios que o autor destaca para a política internacional.

1.1.3 Uma análise dos princípios do Realismo Político de Hans Morgenthau

Os acontecimentos históricos que trouxeram ao cenário internacional mudanças nos comportamentos dos Estados e cautela na condução de sua política frente a outras nações são traduzidos no que Morgenthau elenca como os seis princípios para conduta da política internacional descritos abaixo.

O primeiro princípio essencialmente pode ser compreendido como as leis da política derivadas da natureza humana, nos remetendo ao “estado de natureza” de Thomas Hobbes, onde, na busca racional pela sua sobrevivência, os fenômenos políticos do Estado estariam baseados neste desejo de dominação.

O segundo ponto que Morgenthau (1948, pág. 54) faz menção é relacionado a máxima de poder que os Estados buscam:

No plano internacional, não seria exagero dizer que a própria estrutura das relações internacionais - tal como refletida em instituições políticas, procedimentos diplomáticos e ajustes legais vem tendendo a distanciar-se da realidade da política internacional, e a tornar-se irrelevante para a mesma. Enquanto a primeira presume a "igualdade soberana" de todas as nações, a segunda é dominada por uma extrema desigualdade dessas mesmas nações, duas das quais são chamadas de superpotências porque dispõem de um poder sem precedentes de destruição total, e muitas outras são intituladas de "ministados", devido ao seu minúsculo poder, se comparado a dos tradicionais estados-nações. Esse contraste e essa incompatibilidade entre a realidade da política internacional, de um lado, e os conceitos, instituições e múltiplos procedimentos destinados a tornar inteligível e controlar a primeira, de outro, foram as causas, pelo menos no nível inferior ao das grandes potências, da presente ingovernabilidade das relações internacionais, que chega às raias da anarquia.

Analisando a descrição acima, percebe-se que o interesse pelo poder e sua constante luta no cenário global é o ponto crucial no que se refere ao progresso dos Estados classificados como potências ou mesmo aqueles nomeados de "mini-estados", ainda que estejam submetidos a uma dominação por nações mais poderosas.

O terceiro ponto de grande relevância a ser tratado é o tema do interesse estatal, que irá traçar a ação política e segundo a visão realista é o que deve prevalecer sobre outros aspectos do Estado de forma a maximizar seu poder, sendo estas ações pautadas de acordo com o contexto em que estão inseridas, portanto, os interesses são mutáveis.

O quarto princípio refere-se aos atos dos Estados, alegando que estes não devem aplicar princípios morais universais em tais atos, mas que poderia ser um meio de justificá-los, pois “O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar” (MORGENTHAU, 2003, p.20). Igualmente, o quinto princípio descreve que os valores de uma nação não devem ser aplicados como universais, pois o interesse é uma premissa que sempre estará presente nestes valores morais, independente de qual país seja.

Por fim, o sexto princípio diz respeito à autonomia que a vertente política tem para o autor, ressaltando que:

O realista político não ignora a existência nem a relevância de padrões de pensamento que não sejam os ditados pela política. Na qualidade de realista político, contudo, ele tem de subordinar esses padrões aos de caráter político e ele se afasta das outras escolas de pensamento quando estas impõem à esfera política quaisquer padrões de pensamento apropriados a outras esferas (MORGUENTHAU, 2003, p.23).

A temática do realismo político retratado por Morgenthau, portanto, considera o Estado como ator base do sistema internacional, tornando-se a voz unitária capaz de modificar o mesmo, sintetizando a ideia da teoria realista que se pretendeu abordar, na medida em que esta deixa em segundo plano outros princípios que as teorias apresentadas no item seguinte consideram em uma análise.

2.2 A análise pós-colonial e a teoria do sistema mundo: uma alternativa as perspectivas tradicionais nas relações internacionais

“Teoria é o trabalho que o centro faz”.

A partir desta afirmação de Raewyn Connell, em seu artigo *A Iminente Revolução na Teoria Social*, procura-se analisar como a produção teórica e intelectual do conhecimento pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade colonizada, como foi o caso da Bolívia.

A autora afirma que “Se teoria é o trabalho que o centro faz, então a mudança revolucionária é possível” (CONNELL, 2012, p. 10), e esta mudança pode ser percebida quando passa-se a produzir o conhecimento a partir de uma visão fora do Norte global, posteriormente tratada aqui com autores como Aníbal Quijano.

No contexto das relações internacionais, cabe trazer aqui a Teoria Crítica de Relações Internacionais que, diferentemente das escolas tradicionais como realismo e liberalismo, questionava também as hegemonias teóricas que perfaziam o entendimento da política mundial e, além disso, trouxe uma variável de análise diferente: afirmava que cada teoria é relativa ao tempo e ao lugar onde ela é produzida². Esta última afirmação vai de encontro a um de seus principais teóricos, Robert Cox, que procurou trazer uma nova perspectiva de análise para as relações internacionais em sua

² Ver COX, Robert. “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. Millennium, vol. 10, no. 2, 1981, pp. 126-155.

abordagem adversa dos padrões positivistas, afirmando a normatividade que toda teoria apresenta.

Como Connell (2012) afirma, as teorias do centro não serviriam para explicar as peculiaridades dos acontecimentos do Sul porque tais autores não vivenciaram nesta parte mundo a caracterização de uma sociedade impedida naturalmente de se desenvolver, ou seja, a sociedade criada e construída na América Latina, por exemplo, foi tacitamente imposta e não possibilitou a seus indivíduos um desenvolvimento natural de suas características. No contexto boliviano podemos entender que as teorias tradicionais das relações internacionais não são suficientes para explicar as interações sociais e internacionais deste país, pois não consideram elementos específicos como a formação desse povo e suas características particulares, assim como as suas diferentes individualidades.

Elementos derivados da colonialidade política, econômica, social e científica do conhecimento, promoveram uma interrupção do processo de desenvolvimento natural dos países periféricos, trazendo aqui a Bolívia como um dos mais diversos exemplos.

Exposto isso, utiliza-se as contribuições das teorias pós-coloniais para melhor entendimento dos processos de colonização que as sociedades latino-americanas vivenciaram dentro de uma análise que não esteja mergulhada em padrões meramente estadocêntricos que desconsideram as características sociais de uma população.

As teorias pós-coloniais surgiram a partir do paradigma dos desdobramentos das relações internacionais no mundo, na medida em que as relações entre os diversos atores presentes no sistema internacional, em sua maioria, estiveram pautadas por uma troca não igualitária e enviesada num arcabouço teórico de igual teor discriminatório.

O surgimento de um novo sistema na ordem internacional oriundo da intensificação da globalização, e acontecimentos como a descolonização africana, impulsionou a formulação de teorias que, para além de questionar, procuravam desconstruir a tradicional análise teórica que prevalecia nos estudos internacionais, na medida em que tais teorias tradicionais se apresentavam de forma desigual para os diversos indivíduos presentes dentro desse cenário. Quanto à utilização do termo pós-colonialismo, Ballestrin afirma que existem dois entendimentos:

Depreendem-se do termo “pós-colonialismo” basicamente dois entendimentos. O primeiro diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, a independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo

imperialismo e neocolonialismo— especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra (2013, p.90).

O pós-colonialismo, portanto, “em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p.91).

Seguindo, a autora traz que foi uma tríade francesa encabeçada por Franz Fanon, Albert Memmi e Césaire que ascendeu o debate pós-colonial, destacando que o surgimento de dois grupos que questionariam os processos colonizadores foram os catalizadores do fortalecimento das teorias pós-coloniais. Tais grupos foram conhecidos como o Grupo Sul Asiático de Estudos Subalternos e o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos que, mais tarde ficaria conhecido como Grupo Modernidade/Colonialidade.

Igualmente, na década de 1970/1980 surge na Índia um grupo de estudiosos que procuraram desenvolver uma crítica a respeito das produções historiográficas com viés colonial e, ainda assim, analisar também o eurocentrismo que permeava a própria literatura nacional indiana. Os subaltern studies, como ficou conhecido este grupo, entre os seus principais autores, podemos citar Gayatri Chakrabarty Spivak, uma indiana que em seu famoso artigo, *Pode o Subalterno Falar?*, chama atenção para a reprodução de um discurso ocidental da forma representativa que se tem do Terceiro Mundo, onde a própria autora argumenta que “a produção intelectual do ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente” (SPIVAK, 2010, p.9).

Diante dessa perspectiva, podemos notar que a simpatia em favor do colonizado permeia os diferentes autores pós-coloniais, entendendo que o processo de colonização sofrido por diferentes regiões levou ao desenvolvimento de um sistema pautado no silêncio do “outro”. Com a fundação do Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos, a América Latina passa a se inserir dentro desse debate, onde importantes contribuições foram realizadas por autores que pensavam a partir do Sul global.

Aníbal Quijano, em seu texto *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, alerta-nos para uma construção de um capitalismo colonial e moderno baseado na implementação na América Latina do conceito de raça como forma de legitimar a colonização, ou seja, através da introdução deste conceito de separação e de referência

de que outros indivíduos são naturalmente inferiores, os europeus concretizaram sua dominação sobre o continente:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p. 107,108).

Deste modo, o autor afirma que a raça tornou-se uma variável que possibilitou a hierarquização dos papéis dentro da sociedade de forma a classificar a sociedade baseado neste critério. Podemos nos referir aqui, ao processo de marginalização sofrido pela população indígena boliviana, onde ao decorrer dos séculos, passou por adversidades muitas vezes oriundas desta classificação descrita por Quijano, levando à sua histórica exclusão dos meios sócio-políticos e econômicos do país.

Sobre os indígenas e a relação de trabalho estabelecida com os mesmo durante a colonização, Quijano afirma que:

O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. A eliminação dessa prática colonial não termina, de fato, senão com a derrota dos encomendeiros, em meados do século XVI. A reorganização política do colonialismo ibérico que se seguiu implicou uma nova política de reorganização populacional dos índios e de suas relações com os colonizadores. Mas nem por isso os índios foram daí em diante trabalhadores livres e assalariados. Daí em diante foram adscritos à servidão não remunerada. A servidão dos índios na América não pode ser, por outro lado, simplesmente equiparada à servidão no feudalismo europeu, já que não incluía a suposta proteção de nenhum senhor feudal, nem sempre, nem necessariamente, a posse de uma porção de terra para cultivar, no lugar de salário. Sobretudo antes da Independência, a reprodução da força de trabalho do servo índio se fazia nas comunidades. Mas mesmo mais de cem anos depois da Independência, uma parte ampla da servidão indígena era obrigada (QUIJANO, 2005, p. 109).

Entretanto aqui cabe um adendo referente ao trecho acima, pois se deve desprezar a forma violenta que o continente foi invadido, contribuindo significativamente para a morte de milhares de índios.

Ao passar dos anos a Europa consolidava-se como centro do capitalismo mundial que surgia e utilizava de diferentes estratégias para que sua relação de dominação com outros continentes permanecesse de forma a beneficiar crescentemente os colonizadores, ou seja, a imposição além da área econômica passou a ser traduzida também em questões culturais e linguísticas, diante da busca de benefícios para o centro de poder que se tornara.

Partindo para uma perspectiva de análise do sistema econômico, o autor em questão trata de analisar o capitalismo como uma estrutura que criou formas de controlar o trabalho, contribuindo para o fortalecimento da dominação estabelecida sobre a América, na medida em que um novo padrão de poder constituía-se através da exploração do trabalho numa articulação com o capital:

“(…) estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial” (QUIJANO, 2005, p.108).

Por consequência, o controle sobre alguns grupos passava a ser relacionado com o critério raça/trabalho.

O autor ainda traz o conceito de colonialidade do saber, que foi uma forte contribuição para que o capitalismo europeu se desenvolvesse na América, onde a partir da produção deste conhecimento que entendia que a modernidade deveria ser protagonizada apenas pelos europeus, desenvolveu-se o conceito de eurocentrismo:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada a específica secularização burguesa do pensamento europeu e a experiência e as necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 9).

Sendo assim, a produção colonial de uma epistemologia muitas das vezes racista, contribuiria para que se fortalecesse as crescentes desigualdades dentro das sociedades que assim foram designadas pelo entendimento dos colonizadores, ou seja, o estabelecimento de uma produção do conhecimento impositiva e advinda da Europa, contribui para que os processos de segregação populacional dos colonizados se concretizasse, assim como pode ser observado com o estigma que por muitos anos pairava sobre a população indígena boliviana. Estigma este, que ainda hoje é observado em certos departamentos do país, como Santa Cruz, que carrega fortes traços do período colonial no que se referem a repulsa pelos índios por entender que estes atrasam o desenvolvimento econômico do país. Bartolomé Clavero, afirma que “A negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador; é a negação de um direito coletivo por um direito individual” (1994, p.21-22), fazendo uma crítica as concepções universalistas que os europeus designavam ao resto do mundo criando processos de exclusão (LANDER, 2005, p.10).

Edgardo Lander também foi um importante teórico pós-colonial que inseriu a América Latina neste debate, trazendo um questionamento a preponderância do pensamento neoliberal dentro das explicações da construção da sociedade moderna, onde o neoliberalismo sendo implementado não somente como um sistema político e econômico, mas também que o seu pensamento serviu para legitimar e fornecer as únicas explicações viáveis e aceitáveis para os processos que se desenvolviam dentro do cenário global, contribuindo para que o que Connell (2012) denominava de “uma divisão imperial do trabalho” de forma a estruturar o conhecimento que usualmente chamamos de “teoria”. A respeito disso, Lander afirma que:

“(…) O neoliberalismo é um excepcional extrato purificado e, portanto, despojado de tensões e contradições, de tendências e opções civilizatórias que têm uma longa história na sociedade ocidental. Isso lhe dá a capacidade de constituir-se no senso comum da sociedade moderna. A eficácia hegemônica atual desta síntese sustenta-se nas tectônicas transformações nas relações de poder ocorridas no mundo nas últimas décadas. O desaparecimento ou derrota das principais oposições políticas que historicamente se confrontavam com a sociedade liberal (o socialismo real e as organizações e lutas populares anticapitalistas em todas as partes do mundo), bem como a riqueza e o poderio militar sem rivais das sociedades industriais do Norte, contribuem para a imagem da sociedade liberal de mercado como a única opção possível, como o *fim da História*. No entanto, a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente que possa ser atribuída ao pensamento neoliberal, nem à atual conjuntura política; pelo contrário, trata-se de uma idéia com uma longa história no pensamento social ocidental dos últimos séculos (LANDER, 2005, p. 8).

Destarte, o autor alerta que a forma capitalista liberal da sociedade europeia passou a vigorar em todo o mundo através submissão promovida sobre outros povos e que, diante dos processos de colonização, esse modo de vida tornou-se natural ao resto do mundo, uma vez que a superioridade dos colonizadores passou a ser hegemônica num cenário permeado pela destruição de outras formas organizacionais antes encontradas em diversas regiões, como o caso dos indígenas. Aqui cabe ressaltar que, antes da chegada dos espanhóis, a sociedade boliviana era organizada de acordo com o culturalismo de cada povo, e a partir da vivência de sucessivos processos de exclusão, essa organização foi sendo desmantelada pelo colonizador.

As perspectivas políticas e econômicas então passam a estar ligada a produção do conhecimento, e questionar esta ordem deve ser também um dos objetivos da descolonização do saber, pois:

A busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Isso requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais (LANDER, 2005, p.8).

O sujeito sem rosto (GOSFRUGUEL, 2007) e a universalidade introduzida pelo que é produzido na Europa, passa a ser característica única de entendimento da sociedade política e econômica pelo viés liberal. A colonização então, também é perpetuada pelo conhecimento científico que usualmente legitima as outras formas de submissão dos povos, iniciada no século XV e XVI.

2.3 A perspectiva pós-colonial, as relações internacionais e a Bolívia

A teoria pós-colonial traz importantes variáveis para que possamos entender as relações internacionais de uma forma diferente daquela que é analisada pelas tradicionais teorias *mainstream* da área.

O que deve ser observado é que a construção de uma rede de dominação sobre outros povos perpassa o caráter econômico e político que geralmente procuramos considerar, englobando como característica também a essa dominação a imposição de um saber científico que teoricamente, contribuiu para legitimar e produzir uma lógica

colonizadora dentro de inúmeros países, a exemplo da América Latina e da Bolívia, objeto de estudo do trabalho.

O saber colonial, em grande parte ou, em sua maioria produzido no centro global, possibilitou que os processos de colonização sobre a América com início no século XV, se propagasse para um novo colonialismo que ainda hoje é capaz de criar dependências e introduzir dentro das sociedades características historicamente construídas para que a submissão não fosse superada, seja pela divisão em raça que Quijano (2005) nos fala, ou pela colonialidade do saber de Lander.

A mudança que pode ser provocada descrita por Connell (2012), entendo que seria realizada a partir da construção de um pensamento latino-americano sulista que fugisse das imposições epistemológicas europeia, como importantes autores fizeram, a citar Walter D. Mignolo, Arturo Escobar ou Enrique Dussel.

No que se refere à construção da moderna sociedade internacional, citamos dois paradigmas, segundo as contribuições de Dussel (2005): de um lado a modernidade se construiria como processo de emancipação das sociedades atrasadas, levando desta forma o desenvolvimento para estes indivíduos como processo civilizador; por outro a construção de tal processo se deu através de uma violência sem precedentes que deixou reflexos ainda não superados por essas sociedades colonizadas de forma justa segundo a visão europeia.

O autor ainda cita o “Mito da Modernidade”, que apesar da citação abaixo ser longa, faz importantes contribuições para o entendimento do mesmo no contexto que aqui é abordado. Elencam-se os cinco primeiros:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a falácia desenvolvimentista.).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera) (DUSSEL, 2005, p. 29).

Seguindo, é nos apresentado ainda que os “povos não civilizados” teriam uma culpa quanto ao processo modernizador, ao oporem-se a este, onde o colonizador estaria eximido da culpa dos custos que esta modernização causaria. Citemos aqui os índios que se opuseram a catequização cristã e, portanto, estariam atrapalhando o processo e estariam passíveis de sofrerem violência, como aconteceu em grande maioria na sociedade boliviana.

As disparidades sociais, políticas e econômicas advindas ainda do processo colonizador sobre a América, é resultado de um sistema internacional construído sob preceitos discriminatórios e enviesados por uma teorização que em muito contribui para que as sociedades dos países periféricos estejam continuamente presas em laços de dependência historicamente construídos e que, ainda hoje insistem em permanecer de forma desigual.

As Relações Internacionais como disciplina que foi construída perante a utilização de um saber predominantemente europeu, a partir das contribuições pós-coloniais, Fonseca e Jerrems (2012) argumentam que além de questionar essa primazia, passou a ser possível construir uma nova categoria de diálogo pluricultural, englobando “formas outras de saber, pensar y vivir” (2012, p. 117).

Diante do objeto de pesquisa apresentado no trabalho, um paralelo pode ser feito a partir destas contribuições teóricas citadas acima, pois assim como uma diversidade de países foram afetados pela imposição do modo econômico capitalista colonizador europeu, a Bolívia e sua população majoritariamente indígena, estiveram inseridas dentro deste contexto pautado pelo não reconhecimento destes indivíduos como sujeitos de direito a partir do momento em que a colonização propiciou um largo distanciamento entre o Estado e a proteção a estas pessoas, na medida em que a economia mundo desenvolvia-se baseada na exploração e submissão destes povos, além do acúmulo de riqueza vindo de suas terras.

Desde a sua independência, a Bolívia e a sociedade ali construída foram assimetricamente inseridos dentro de uma economia que se desenvolvia a partir da retirada de seus recursos naturais (prioritariamente os minerais), acumulando na Europa o capital dali obtido através das atividades de mineração. Para desenvolvimento de tais atividades, além da exploração dos habitantes, estabeleceram-se princípios eurocêntricos sob a ótica de um sistema econômico que compreendia além da difusão de valores universais europeus, a construção de uma sociedade dividida a partir das concepções do conhecimento da sociedade liberal europeia diante de novas

necessidades capitalistas, onde divergia daquela encontrada na região boliviana. Esses valores compreendiam a ideia da propriedade privada e de uma liberdade econômica, teorizadas por John Locke. Tal teorização seria criticada por Dussel (2005) por justamente tratar da ciência a favor de um saber colonial que estabelecia princípios universalizantes.

Ainda à luz das contribuições pós-coloniais, convém ressaltar que o desenvolvimento de uma economia europeia capitalista, deve-se em grande parte a contribuição latino-americana a essa consolidação de um sistema-mundo capitalista que se apoiara da América Latina para dar seguimento ao seu projeto de acumulação que resultaria em uma Europa mais desenvolvida economicamente.

O termo sistema-mundo é utilizado aqui segundo as contribuições de WALLERSTEIN (2001) a teorização nas relações internacionais, uma vez que o autor divide as economias mundiais em três aspectos. Essa divisão é evidenciada por Arruda:

As economias-mundo estão divididas, pois, em Estados do centro e áreas periféricas. Existem também semiperiferias, que estão entre o centro e a periferia em variadas condições, tais como a complexidade das atividades econômicas, a força do aparato do Estado, a integração cultural. O processo em marcha de uma economia-mundo tende a aumentar as distâncias econômicas e sociais entre suas áreas distintas. Neste caso, regiões particulares do mundo podem mudar seu papel. A arena externa de um século se converte, com frequência, na periferia ou semiperiferia do século seguinte. Mas também, por outro lado, os Estados do centro podem converter-se em semiperiféricos e os semiperiféricos em periféricos (ARRUDA, 1983, p. 172).

O que devemos nos atentar é que as contribuições pós-colonialistas vem a questionar a utilização tradicional e colonial até mesmo do saber e do entendimento das causas do subdesenvolvimento dos países não ocidentais, e procura desconstruir o viés não igualitário do desenvolvimento de uma economia mundial assimétrica, que através de uma divisão internacional do trabalho que subjuga outros povos, se legitima para persistir a dominação.

A Bolívia, assim como uma grande maioria dos Estados do sul do continente, poderia ser inserida dentro do que Wallerstein denominou de áreas periféricas. Essas áreas estariam interligadas dentro de um único sistema mundial econômico, ou sistema mundo, como denomina o autor, sendo contrária a divisão de Terceiro Mundo que alguns teóricos empregam. Para Wallerstein (2001), os países estariam inseridos unicamente dentro de um sistema de trocas econômicas caracterizado pelo capital/trabalho e que, os Estados seriam aqueles agentes de acumulação do capital.

Por conseguinte, o autor difere um pouco da abordagem que vimos em Eduardo Galeano, por exemplo, onde o subdesenvolvimento de certas regiões, a saber, a América

Latina, deu-se devido ao desenvolvimento europeu; A abordagem do sistema-mundo entende que a própria concepção do sistema tornou certas regiões do mundo mais desenvolvidas que outras, explicando aqui as diferenças existentes entre as mesmas. A economia mundo então desenvolver-se-ia em virtude de uma monopolização da produção no Centro:

A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados de capacidades, entre outras, de assegurar que os aparatos estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos. Por isso, os aparatos centrais puderam pressionar os periféricos a aceitar (e mesmo promover) em suas jurisdições uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração e criando (reforçando) as estruturas domiciliares que permitiam a sobrevivência dessa força de trabalho. Assim, o capitalismo histórico criou diferentes níveis de salário, os quais se tornaram dramaticamente divergentes nas diferentes regiões do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2001, p. 30).

Diante da análise da economia capitalista mundial feita pelo autor, cabe ressaltar o que ele considera como “etnização” da força de trabalho no sistema-mundo, definindo uma hierarquização populacional dentro deste sistema que passou a denominar certos indivíduos como inferiores e que, diante de tal condição, merecem as consequências que isso poderia causar diante de uma luta social e política (WALLERSTEIN, 2001, p. 104). Claramente pautado por uma ideologia racista, o desenvolvimento desse sistema-mundo tornou-se opressor e causador de mortes. Isso nos remete, no contexto boliviano, aos crescentes e desiguais acontecimentos em relação a população indígena país, uma vez que, desde a independência em 1825, a criação de um Estado-nação na Bolívia foi caracterizado pela exclusão do índio de seus meios políticos, sociais e conseqüentemente econômicos, na medida em que critérios de divisão social baseados em uma ideologia racista que fundamentalmente contribuiu para uma desproporcional distribuição da material riqueza produzida.

Ademais, os processos de desenvolvimento da economia capitalista que Wallerstein nos fala, historicamente contribui para a atual situação em que se encontra a sociedade boliviana e a marginalização de sua maioria populacional indígena, pois através de uma divisão internacional do trabalho assimétrica, as populações que estiveram sobre o mando europeu e posteriormente norte-americano, foram inseridas em um contexto de submissão e exploração da classe trabalhadora extremamente basilar para a formação econômica capitalista colonial.

A análise de Immanuel Wallerstein também se encontra com os autores anteriormente citados no que se refere à crítica que faz em relação às ciências sociais como forma de perpetuar um saber eurocêntrico e ainda assim ser “um produto do sistema-mundo moderno, e o eurocentrismo é constitutivo da geocultura do mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2002, p. 105). Portanto, a ciência trabalharia, ao nosso entender, em favor do colonizador quando se propaga um conhecimento produzido na Europa como universal e que, a forma como enfrentariam os problemas mundiais contemporâneos seriam as mais apropriadas segundo esta concepção. E, entendendo as relações internacionais como uma ciência social aplicada, justifica-se a utilização das críticas de tais autores a tradicionalidade da disciplina para fundamentar o nosso trabalho.

Por fim, a secularização que ocorreu na sociedade a partir da colonização, em especial a ao processo vivenciado pela América Latina, que perpassou as variáveis econômicas e políticas e pode ser percebida até na produção e formulação do conhecimento, contribuiu para que uma sociedade baseada em princípios discriminatórios e excludentes fosse ao longo dos anos sendo concebida por um patamar de classificação social que ainda hoje observa-se resquícios nos diferentes países da latino-americanos, como é o caso da Bolívia.

Procuramos com as teorias e conceitos apresentados elucidar o leitor quanto à construção de um sistema internacional econômico moderno e enviesado pelo saber europeu, gerou graves consequências no que se refere ao entendimento da história político-econômica mundial e como a partir do estabelecimento de uma economia capitalista utilizou de estratégias para sua consolidação. O questionamento a essa lógica internacional desigual foi teorizada pelos pensadores pós-coloniais citados no início deste capítulo que, fundamentalmente contribuíram para uma possível descolonização do saber na área.

Diante do exposto, a história da Bolívia em muito vai ao encontro dos questionamentos suscitados, e a partir de uma ideia de despreendimento dos preceitos neoliberais, a construção de uma sociedade fora dos padrões coloniais e, finalmente, um Estado que procure atender as carências advindas muitas vezes desses processos iniciados em 1492 com as expansões europeias, serão objetos de discurso do primeiro presidente indígena latino-americano que quebrou a tradicional lógica de poder dos europeus no país.

Juan Evo Morales Ayma surge como uma figura esperançosa para sociedade boliviana e para sua população indígena historicamente marginalizada no país, contribuindo para construção do projeto de um Estado Plurinacional que rejeitava as ideias colonizadoras advindas da Europa e que desenvolveram características que intrinsicamente sistematizaram a sociedade e os indivíduos na Bolívia. Este projeto tem seu ponto inicial com a nova Constituição do Estado promulgada no ano 2009 e que tinha em um de seus primeiros parágrafos o respeito com o multiculturalismo da nação boliviana.

Procurara-se analisar no próximo capítulo, como a Bolívia, no contexto das relações econômicas internacionais e de um capitalismo mundial que, em grande parte teve seus fundamentos na exploração da sociedade latino-americana e numa imposição cultural, econômica e política, se inseriu neste cenário de trocas desiguais e especialmente, como a construção desse capitalismo impactou nesta sociedade.

3 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, A AMÉRICA LATINA E A INSERÇÃO DA BOLÍVIA NO CAPITALISMO GLOBAL

A Paz de Vestfália de 1648 é um importante marco histórico quando se trabalha as relações internacionais, pois evidencia o fim de um conflito que em grande parte estava a devastar a Europa, a Guerra dos Trinta Anos. As frequentes batalhas que ocorriam nos territórios europeus evidenciavam a instabilidade das relações na região e demonstravam a necessidade da criação de acordos que estabelecessem e/ou minimizassem as crescentes tensões entre os governantes destes territórios. Desta forma, os acordos firmados em Vestfália, para além de apaziguar a luta pela autonomia de escolha religiosa dentro dos territórios germânicos, definiu o respeito à soberania das fronteiras dentro da região de cada governante, instituindo, assim, pilares fundadores para a posterior noção de Estado-nação que se encontra atualmente. Ademais, Vestfália redefiniu o concerto de poder europeu e trouxe ao sistema internacional importante contribuição no que se refere a princípios de soberania dos Estados, que ainda não eram formados em 1648.

Cabe ressaltar que, com relação à soberania, Sahid Maluf afirma que se ocorre limitação de poder sobre uma autoridade superior, ela não é soberana. Ainda assim, o autor diz que “a soberania é uma só, una, integral e universal. Não pode sofrer restrições de qualquer tipo, salvo, naturalmente, as que decorrem dos imperativos de convivência pacífica das nações soberanas plano do direito internacional” (2007, p.30).

A relevância de Vestfália para as relações internacionais se traduz quando a partir de tal acontecimento, os princípios da não interferência, o respeito à soberania de outros Estados e o reconhecimento da legitimidade dos mesmos em suas decisões, é um dos pontos que permeiam os acontecimentos depois desse acordo. Entretanto, existem divergências quanto à inviolabilidade da soberania estatal, a ponto de alguns outros Estados, coercitivamente, seja política ou economicamente, induzirem outros mais fracos a tomarem decisões que lhes sejam favoráveis.

Este debate não é foco do trabalho, e sim apenas elucidar quanto à importância que a Paz de Vestfália desencadeou na comunidade internacional, seja por estabelecer o diálogo entre os principais monarcas europeus da época e possibilitar um reordenamento na distribuição do poder europeu ou por estabelecer princípios que ainda hoje os Estados modernos se baseiam.

Entretanto cabe ressaltar que em diversos países do mundo, em especial dos quais se trata neste trabalho, o respeito à soberania, autodeterminação e não interferências dentro das fronteiras dos Estados não foram diretrizes respeitadas por outros países que, na condição de possuidor de maior projeção dentro do sistema internacional, aplicaram medidas muitas vezes coercitivas sobre outros, com imposições econômicas e políticas.

Os países latino-americanos muito se inserem dentro dessa perspectiva, uma vez que os seus territórios foram invadidos e sua população em grande parte subjugada por uma colonização que ainda deixa resquícios nesses Estados. A Bolívia está inserida nesses processos na medida em que teve seu território invadido por outros países e claramente ocorreu a violação dos princípios vestfalianos da soberania e do respeito ao que domesticamente estava instalado na região, evidenciando as falhas que podem ocorrer em uma interpretação unitária do que foi a Paz de Vestfália.

Ainda nos princípios e bases que fazem parte das relações internacionais, é preciso explicar alguns conceitos específicos da área que se utiliza no trabalho, para melhor compreensão das ideias ao decorrer do texto.

O conceito de sistema internacional aqui abordado é entendido segundo as contribuições de Merle (1981), onde este “é o meio onde se processam as relações entre os diferentes atores que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais que se processam na esfera do internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos”. Portanto, as Relações Internacionais se processam dentro deste cenário onde a anarquia está presente. Com relação ao conceito de anarquia, é interessante que se atente às palavras de Bull (2002), quando afirma que “ao contrário dos indivíduos que vivem no seu interior, os estados soberanos não estão sujeitos a um governo comum”, portanto, estaria sujeitos a existência de uma anarquia internacional.

O conceito de anarquia aqui empregado não deve ser entendido como a prevalência do caos sistêmico, e sim como a ausência de um governo central capaz de ditar parâmetros comportamentais, além disso, esse ambiente internacional estaria permeado pela crescente luta dos Estados em assegurar a sua sobrevivência e manutenção de seu poder no sistema.

O ator internacional, segundo Dias (2010) “é a unidade, autoridade, organização, grupo ou pessoas cujo comportamento ou ação incide sobre a vida internacional”, assim entende-se que os Estados não seriam os únicos a influenciarem a política internacional. Alguns autores como Waltz, irão discordar da aceitação da relevância de outros atores que não sejam os Estados a influenciar a política internacional.

Visto isso, é importante ressaltar que as relações internacionais apresentam graus de assimetrias entre suas interações no ambiente em que estas acontecem, na medida em que seus atores apresentam diferentes perspectivas, desenvolvimento e possibilidades de projeção no cenário internacional, destacando que o sistema que pautas essas relações econômicas, políticas e sociais, são fundamentalmente desiguais, onde a exploração por parte de alguns sempre estará presente.

A América Latina, historicamente passou por uma desigual inserção dentro do sistema das relações econômicas internacionais, onde as trocas assimétricas em suas relações comerciais constantemente estavam presentes, na medida em que a exploração econômica de seus recursos naturais serviu, em sua maioria das vezes, para financiar o desenvolvimento de um capitalismo europeu que em nada lembrava aos princípios de reconhecimento da soberania dos territórios firmados em Vestfália no ano de 1948.

3.1 A inserção latino-americana no capitalismo global

A América Latina, desde a sua inserção no mundo capitalista, enfrenta uma forte pressão por parte dos países desenvolvidos, no sentido de servir apenas de fornecedora de matéria-prima para o desenvolvimento dos mesmos. Tal observação prende-se ao fato de que a desigual divisão internacional do trabalho levou os países latino-americanos ao estado de marginalização, considerando-se, ainda, o processo de globalização assimétrica experimentado pelos países da América Latina pós-ditaduras militares.

Marini descreve a inserção dos países latino-americanos no mercado mundial a partir do século XIX, onde:

En el curso de los tres primeros cuartos del siglo XIX, y concomitantemente a la afirmación definitiva del capitalismo industrial en Europa, sobre todo en Inglaterra, la región latinoamericana es llamada a una participación más activa en el mercado mundial, ya como productora de materias primas, ya como consumidora de una parte de la producción liviana europea. La ruptura del monopolio colonial ibérico se impone entonces como una necesidad, desencadenando el proceso de la independencia política, cuyo ciclo queda prácticamente terminado al final del primer cuarto de siglo, dando como resultado las fronteras nacionales que, por lo general, rigen todavía en nuestros días. A partir de este momento tiene lugar la integración dinámica de los nuevos países al mercado mundial, la cual asume dos modalidades principales que corresponden a las posibilidades reales de cada uno para realizar dicha integración y los cambios que va sufriendo ésta en función del avance de la industrialización en los países centrales (MARINI, 1968, srp).

O desenvolvimento das atividades imperialistas no continente, claramente trouxeram impactos para o desenvolvimento histórico das economias latino-americanas, onde esse capitalismo periférico se propagou de forma socialmente desigual. Marini descreve, ainda, que:

América Latina surge como tal al incorporarse al sistema capitalista en formación, es decir, cuando la expansión mercantilista europea del siglo XVI. La decadencia de los países ibéricos, que se posesionaron primero de los territorios americanos, engendra en éstos situaciones conflictivas, resultantes de los avances que sobre ellos intentan las demás potencias europeas. Mas es Inglaterra, mediante la dominación que acaba por imponer a Portugal y España, la que predomina finalmente en el control y en la explotación de los mismos (MARINI, 1968, s.i).

Importantes estudiosos contribuíram para o estudo do capitalismo colonialista latino-americano, o que torna tal problemática bem explícita. Ainda que extensa, ressalto ser pertinente que se reflita sobre os dois fragmentos discursivos abaixo:

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos.

Na alquimia colonial e neo-colonial, o ouro se transforma em sucata e os alimentos se convertem em veneno. Potosí, Zacatecas e Ouro Preto caíram de ponta do cimo dos esplendores dos metais preciosos no fundo buraco dos filões vazios, e a ruína foi o destino do pampa chileno do salitre e da selva amazônica da borracha; o nordeste açucareiro do Brasil, as matas argentinas de quebrachos ou alguns povoados petrolíferos de Maracaibo têm dolorosas razões para crer na mortalidade das fortunas que a natureza outorga e o imperialismo usurpa. A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes - dominantes para dentro, dominadas de fora - é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga. (GALEANO, 1978, p: 5)

Em *As veias abertas da América Latina*, Galeano ainda problematiza que a ocupação, por via militar e de exploração, proporcionou o saque das riquezas encontradas no continente, além de sua população ter sido escravizada e grande parte dos originários dizimados pelos conquistadores europeus. Espanhóis e portugueses procuraram propagar a fé cristã na imensidão territorial que encontraram além do interesse comercial que tinham nas terras a serem exploradas. O ouro e a prata foram os primeiros minerais a ser incluído nas atividades comerciais que se desenvolveram nas

terras latino-americanas, sendo a Inglaterra, a grande beneficiada de todo o capital gerado por essa atividade. Igualmente, o autor trata do subdesenvolvimento do continente e o conseqüente desenvolvimento dos exploradores, as perdas das riquezas minerais e a condição de periferia, assim como tantos outros problemas que os latino-americanos ainda enfrentam.

Outro autor que aborda de forma intensa a exploração dos povos latino-americanos é Ribeiro (2001 p. 8,9). Este indaga-se:

Como classificar, uns em relação aos outros, os povos indígenas, que variavam desde altas civilizações até hordas pré-agrícolas e que reagiram à conquista segundo o grau de desenvolvimento que haviam alcançado? Como situar, em relação aos povos indígenas e aos europeus, os africanos desgarrados de grupos em distintos graus de desenvolvimento para serem trasladados à América como mão-de-obra escrava? Como classificar os europeus que regeram a conquista? Os ibéricos, que chegaram primeiro, e os nórdicos, que vieram depois –sucendendo-os no domínio de extensas áreas –, configuravam o mesmo tipo de formação sociocultural? Finalmente, como classificar e relacionar sociedades nacionais americanas por seu grau de incorporação aos modos de vida da civilização agrário-mercantil e, já agora, da civilização industrial?

A exploração do ouro e da prata sendo os grandes motivadores da exploração na América Latina, levou os países que fazem parte do mesmo a vivenciarem uma condição de superexploração do trabalho e subdesenvolvimento, ainda presente e não superadas, como é o caso da Bolívia.

Sem verticalizar a questão relacionada à exploração da força de trabalho, mas, ressaltando o sentido que aqui é entendida, é interessante lembrar o conceito marxista de mais-valia no contexto da sociedade capitalista. Segundo Mandel (2005, p.7) “a mais-valia é apenas a forma monetária do sobreproduto social, ou seja, a forma monetária dessa parte da produção do proletário que é cedida sem contrapartida ao proprietário dos meios de produção”.

Destarte, a partir dessa exploração da força de trabalho, surge outra observação a respeito da venda dessa força de trabalho e o desigual respeito à jornada de trabalho, não tendo limites segundo a lógica capitalista reprodutora do capital, uma relação assimétrica entre o trabalhador e o capitalista.

Vimos que o problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la em nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção. O aumento da

intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais valia absoluta em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal pelo qual “o fundo necessário do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2000, p. 123-124).

A Revolução Industrial inglesa no século XIX criou as bases para a dinamização de uma economia mundial que vinha se desenvolvendo diante do avanço inglês no desenvolvimento de atividades industriais manufatureiras, que se fortaleceram para que o capitalismo internacionalmente se concretizasse, uma vez que era importante para a burguesia industrial inglesa que o país tornasse o principal centro dinamizador da nova economia que se apresentava no mundo.

Seguindo a ideia dessa nova economia que o mundo passou a conhecer e os desdobramentos de seus progressos, Hobsbawn afirma que:

(...) Nenhum progresso será possível se não aceitarmos antes, que a revolução industrial britânica não é um problema geral; pelo contrário, trata-se de um problema específico, por três razões: 1) é o problema de um país em particular, numa situação peculiar; 2) não é apenas o problema do “desenvolvimento econômico” mas também da “arrancada” imprevista e revolucionária; 3) não é mais o problema de uma revolução industrial em condições sociais indefinidas, mas nas condições sociais do capitalismo (HOBSBAWN, 1979, p. 101).

Entendendo que as trocas com os outros países que se desenvolviam mais lentamente, como aqueles fornecedores de matérias-primas, seriam comparativamente vantajosas, os ingleses procuraram estabelecer as relações comerciais de forma desigual, onde esses países consumiriam seus produtos manufaturados, enquanto a Inglaterra importava esses produtos primários, ganhando com o progresso técnico que as indústrias desenvolviam.

HOBSBAWN cita o pioneirismo do capitalismo industrial inglês, onde

a posição da Grã-Bretanha é única, porque se trata do primeiro país, na história mundial, que conheceu uma revolução industrial e se transformou, conseqüentemente, no “empório do mundo”, monopolizadora virtual da indústria, da exportação de produtos manufaturados e da exportação colonial (Ibidem).

O sistema econômico mundial esteve baseado em uma formação, que segundo FURTADO (2007), pode ser dividido em três aspectos, sendo eles:

- a) Existência de um núcleo com um avanço considerável no processo de capitalização, o qual concentra grande parte da atividade industrial e, praticamente em sua totalidade, a produção de equipamentos; esse núcleo é também o centro financiador das exportações mundiais de bens de capital, controlador da infraestrutura de meios de transporte do comércio internacional e principal mercado importador de produtos primários.
- b) Formação de um sistema de divisão internacional do trabalho sob a hegemonia do polo de crescimento anteriormente indicado; o estímulo à especialização geográfica favorece o rápido povoamento dos grandes espaços vazios das regiões de clima temperado e a reorientação da produção primária de outras áreas, as quais se especializam na exportação de matérias-primas.
- c) Criação de uma rede de transmissão do progresso técnico, subsidiária do sistema de divisão internacional do trabalho; esse rede facilita a exportação de capitais e, ao mesmo tempo, promove a difusão de novos bens finais de consumo que brotam no centro do sistema, à medida que avançam a acumulação e a tecnologia; como a produção de bens de capital se localiza no referido centro, a criação de novas técnicas de produção também permanece concentrada geograficamente, beneficiando aquelas atividades com respeito às quais existe experiência na economia dominante ou que interessam a esta mais diretamente. Daí que a própria evolução da tecnologia haja sido condicionada pelo sistema de divisão internacional do trabalho surgido com a Revolução Industrial.

Ainda seguindo o pensamento de FURTADO (2007), os países latino-americanos estiveram inseridos dentro da nova lógica de crescimento do comércio internacional a partir do século XIX, caracterizados também com três segmentos de economias exportadoras de produtos primários, onde Argentina e Uruguai estariam inseridos dentro daquelas economias que exportavam produtos agrícolas, mais especificamente de clima temperado, possibilitando um alto rendimento e taxas de crescimento igualmente elevadas. Brasil, Colômbia, Equador, América Central e Caribe, México e Venezuela estariam inseridos dentro do segundo tipo, sendo exportadores de produtos agrícolas tropicais, e o terceiro grupo seria exportador de produtos minerais, onde a Bolívia estaria inserida.

O autor alerta para a não dinamização interna da economia nos locais onde se desenvolvia tais atividades de mineração, pois possuía um fluxo de salários reduzidos e “(...) as suas potencialidades como fator dinâmico somente se tornaram conhecidas quando o Estado interferiu para obrigar essas empresas a adquirir dentro do país parte

de seus insumos (...)” (FURTADO, 2007, p. 100), uma vez que o destino final dos recursos obtidos com essa atividade econômica era o exterior.

A América Latina desde o processo de conquista e seu posterior desenvolvimento de atividades econômicas nos países pertencentes à coroa espanhola, conforme assinalado até aqui, foi inserida no contexto do capitalismo mundial de forma que financiasse direta ou indiretamente a construção de uma Europa que ganhava com a exploração dos recursos naturais dos territórios latino-americanos, além disso, sua inserção na arena internacional apresenta diferentes variáveis, haja vista que os diversos Estados que compõe a região possuem suas peculiaridades, seja econômica, política ou social.

Cabe ressaltar também que a influência norte-americana sobre os latino-americanos quase sempre foi uma constante.

Nos Estados Unidos, desde a independência em 1776 e os seus desdobramentos, que acabaram fazendo das antigas 13 colônias britânicas na América do Norte o núcleo do mais próspero e importante mercado do mundo no século XX, sua evolução política e econômica logo o colocaram também como importante ponto de referência para os demais países americanos, seja por seu peso econômico ou pelas diversas influências e interferências políticas que aquele Estado acabou exercendo sobre os latino-americanos, ao longo de praticamente toda sua história. Assim, a presença dos Estados Unidos, desde a Declaração Monroe (“A América para os americanos”), vem sendo uma constante história da América Latina, presença esta marcada muitas vezes por intervenções políticas e militares ou por influências econômicas (PENNA FILHO, 2006, p. 61,62).

O século XX para os países latino-americanos representa politicamente a emergência de regimes nacionalistas, onde a partir de 1930, a exemplo do Brasil e Argentina, os governos da região procuram estabelecer planos que versassem sobre um maior desenvolvimento da região.

Sobre o nacionalismo aqui considerado é interessante a abordagem de nacionalismo de Jaguaribe. Para este:

A tendência nacionalista é uma exigência que decorre do fato de encontrar-se alguém objetivamente solidário com o processo de configuração e desenvolvimento de uma nacionalidade. E os movimentos antinacionalistas, na medida em que não passam de mera oposição a determinada forma de nacionalismo vigente, em função de outras consideradas possíveis e melhores, exprimem, em sentido global, uma resistência àquele processo, motivada por outras solidariedades (p.24).

A década de 1930 representou para a maioria dos países da América Latina uma nova e crescente necessidade de industrialização, na medida em que a instabilidade do

sistema internacional da época acabou por favorecer as economias desses países, visto que os investimentos estrangeiros aumentaram na região. Vale lembrar ainda que a crise de 1929 afetou veementemente a economia norte-americana de onde vinham a maioria dos produtos importados pelos países latino-americanos, impulsionando ainda mais o desenvolvimento de indústrias que suprissem a falta desses produtos.

A Segunda Guerra Mundial também foi importante acontecimento, seja pelo reordenamento provocado na arena internacional e nas relações dos diversos atores que a compõe, mas também pelas transformações que possibilitou as diferentes economias mundiais, com os Estados Unidos da América (EUA) saindo como grande vencedor. O final do conflito também colocou a América Latina na rota da nova dinâmica mundial econômica que se formara, através de expansão comercial e a vinda de empresas multinacionais aos países da região.

A respeito do ganho dos EUA em relação ao término da Segunda Guerra, Lyra Junior e Bellintane explicam que:

Os EUA foram beneficiários do conflito porque tiveram poucas perdas humanas e quase nenhuma destruição material; seu parque industrial foi reativado e absorveu o exército de desempregados da década anterior. Sua economia despontou como dominante, ainda mais quando comparada à dos países derrotados ou a dos seus aliados capitalistas, então enfraquecidos. No campo militar os EUA possuíam aviação estratégica suficiente para atingir todas as áreas do globo: bases aéreas, navais e exércitos em todos os continentes. A URSS foi fundamental para a conclusão da guerra e da derrota alemã. Os soviéticos terminaram sua participação no conflito com o Exército Vermelho presente no centro da Europa e no Extremo Oriente. O prestígio do governo de Moscou também influenciava o crescimento das esquerdas em todo o mundo. A diplomacia, por seu turno, era tradicional. Os soviéticos silenciaram quanto à extremada violência dos britânicos aos comunistas gregos e tentaram conter os revolucionários chineses e iugoslavos. Também incentivaram os comunistas franceses e italianos a comporem governos de coalizão nas suas nações (2014, p. 232,233).

A conjuntura internacional passou a ser ordenada por uma nova divisão ideológica, econômica, social e política que então passaria a delinear as relações entre os Estados e a sociedade que se desenvolvia a luz da bipolaridade da Guerra Fria.

Nos anos posteriores, diversos regimes militares foram implantados gradativamente nos países latino-americanos e transformando todo o contexto sociopolítico e econômico dessas regiões, alterando sua projeção internacional e os planos nacionais de desenvolvimento, uma vez que os regimes militares estabelecidos possuíam características diferentes em cada país. As características do nacionalismo eram presentes em todos estes regimes, porém, cada um adotou meios adversos para

lograrem seus objetivos, utilizando muitas vezes de uma repressão extrema contra a própria sociedade civil da nação.

Os países latino-americanos a partir de então, especialmente durante os anos de 1970, passaram a adotar uma postura de aproximação com os EUA e entrar na rota de combate ao comunismo internacional, que tanto a política norte-americana insistiu em estimular como forma de preservar e projetar ainda mais sua influência nas regiões consideradas estratégicas para este Estado.

A projeção internacional da América Latina vivenciou diferentes momentos e perspectivas ao decorrer dos anos e suas relações econômicas internacionais foram desenvolvidas através de captação de recursos estrangeiros, onde a acumulação de riqueza se dava ou pela metrópole que era principal centro de suas interações comerciais, ou serviu para desenvolver uma elite burguesa nacional que buscava em primeiro lugar a sua individualidade em detrimento de um desenvolvimento nacional que distribuísse as riquezas ali produzidas.

3.2 A inserção boliviana no capitalismo global

O desenvolvimento dos ciclos econômicos produtivos nos países latino-americanos esteve pautado na exploração de suas terras, onde a acumulação de riqueza se dava internacionalmente, ou seja, a produção resultante dessas atividades econômicas não era distribuída nacionalmente de forma a desenvolver os países onde eram realizadas, e sim serviram para sustentar uma elite europeia que via na exploração do trabalho nativo uma forma de financiar o seu crescente enriquecimento. Além disso, existia nesses países, uma classe dominante que desejava que o acúmulo do capital produzido por essa exploração fosse dividido apenas entre eles.

A Bolívia, assim como outros países da América Latina, sofreu processos de colonização que ainda hoje deixam resquícios em uma sociedade que frequentemente encontra dificuldades para se fortalecerem como nação, e os diversos conflitos de cunho político para consolidação de um Estado com estabilidade institucional, também são fruto dessa colonização que tanto visava estabelecer sua riqueza através da exploração desse país andino.

O processo de exploração do trabalho humano nos ciclos econômicos vivenciados no território boliviano nos remete a lógica abordada por Karl Marx, em *O Capital*, onde o ser humano seria uma ferramenta desse processo de acúmulo de riqueza, tendo sua

mão- de- obra explorada em virtude de um lucro concentrado naqueles que possuem os meios de produção:

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário.

Seu valor valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho.

(...) O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista. O capitalista apoia-se na lei da troca de mercadorias. Como qualquer outro comprador procura extrair o maior proveito possível do valor-de-uso de sua mercadoria (MARX, 1975, p. 262, 263).

A história boliviana é marcada por sucessivos processos de instabilidade e para além da exploração, o colonialismo pode trazer como consequência a perda de identidade e sentimento de pertencimento de uma população, na medida em que procura descaracterizar todas as formas já pré-existentes antes da chegada do colonizador, como ocorreu na Bolívia.

Com o passar dos anos, a América Latina vivenciou os períodos de independência, que apesar de o nome significar uma certa libertação, não foi bem isso que aconteceu, pois a Inglaterra passaria a ganhar mais capital e as oligarquias dominantes não deixariam de coordenar o país. Os ingleses lucraram com as importações que esses países realizavam de seus produtos manufaturados e a penetração do capital externo e das mercadorias foi tão grande que as indústrias dos países latino-americanos não foram capazes de resistir a tamanha concorrência.

O processo de independência do país andino que mais tarde seria conhecido como Bolívia, em homenagem a Simón Bolívar, líder dos processos de libertação que eram travados contra a Espanha, se deu através de assembleia deliberativa no ano de 1825 e um ano mais tarde, a Constituição republicana se apresentaria de forma excludente com a maior parte da população daquele novo Estado que se formara.

Ao analisar a construção da cidadania na Bolívia através do processo de independência, García Linera (2010 p. 101) afirma que a “história política da Bolívia apresenta pelo menos três momentos de construção de cidadania legítima nos quais essas múltiplas dimensões sociais se puseram em movimento” sendo ela a cidadania de casta, a corporativa e a irresponsável. Utiliza-se o que o autor chama de cidadania de casta para elucidar que mesmo após a independência e instituição da república, a

maioria da população boliviana, formada por indígenas e mestiços, foram marginalizados nos processos de formação desse novo Estado.

A respeito da cidadania no recém-independente Estado da Bolívia, é interessante que se atente, novamente, às esclarecedoras palavras de García Linera, transcritas abaixo. O fato de serem dois fragmentos discursivos torna um pouco extensa a citação, o que não as torna menos importantes no contexto desta reflexão.

Quando a assembleia deliberativa de 1825 e a Constituição de 1826 outorgaram direitos políticos e jurídicos àqueles que possuíssem renda elevada, profissão, soubessem ler e escrever e não se encontrassem em relação a servidão, ficou evidente quem seria considerado cidadão pelo Estado nascente e quem não seria. De acordo com essa ordem, os indígenas eram o nada do Estado, constituíam sua externalidade mais fundamental, enquanto as crianças deveriam esperar herança e o crescimento biológico para aceder a seus direitos e as mulheres, também excluídas dos direitos cidadãos, podiam influir no curso das estratégias matrimoniais para preservar e ampliar o patrimônio familiar que garantia a cidadania.

Os indígenas, homens e mulheres, apresentaram-se desde o início como a exterioridade mais profunda e irredutível do Estado. De fato, o Estado republicano nasceu com a cavalgadura contra a indiada, e toda sua estrutura argumentativa não fazia mais do repetir, por meio de disposições administrativas, esse imperativo social de certas classes abastadas que não têm em comum mais do que a missão de se entrincheirar no Estado contra os nativos (GARCÍA LINERA, 2010, p. 101,102).

Acerca da ocupação e exploração do território boliviano Câmara e Heidrich ressaltam que:

O processo de ocupação do espaço territorial boliviano, a partir da chegada dos espanhóis, esteve sempre ligado à exploração de seus recursos naturais com a finalidade de exportação. Os diferentes ciclos econômicos instaurados com a chegada do colonizador são sucessivamente a exploração mono-exportadora de recursos naturais, agrícolas ou minerais, conforme o momento, um ciclo se sucedendo ao outro até que algum motivo levasse ao desfecho das possibilidades de exploração. Temos, assim, ciclos relacionados à exploração da prata, do estanho, do salitre, da borracha, e mais recentemente, do gás natural e da soja (CÂMARA E HEIDRICH,[s.i], p.4).

À época da colonização, a cidade de Oruro e Potosí eram os principais pólos de mineração do país, financiando o desenvolvimento econômico europeu através da exploração desses territórios.

A fragmentação do Estado boliviano e a falta de investimento nacional através do capital adquirido com as atividades econômicas oriundas de tais explorações são apontadas por Pannain:

No final do século XIX, a exploração da prata no Altiplano foi substituída pela de estanho, como eixo da economia nacional. Com essa mudança, a história se repetia e a exploração das riquezas do território

boliviano não beneficiou a maioria da população boliviana, nem o desenvolvimento de um Estado forte; em função da influência política dos grandes “barões do estanho” e pelo percentual mínimo da exploração do metal que era repassado aos cofres públicos em forma de impostos.

Após a Guerra Federal (1898-1899), a sede do poder político foi transferida de Sucre para La Paz. O Ocidente mantinha-se assim como centro político do país, além de principal região econômica, já que a mineração estava concentrada nos departamentos de Potosí e Oruro (2014, p. 25).

BEAUD (1987) afirma que “o capitalismo não é uma pessoa, nem uma instituição. Não quer, nem escolhe. É uma lógica em andamento através de um modo de produção: lógica cega, obstinada, de acumulação”, portanto, tem suas bases a produção de bens.

Ademais, o autor ainda aponta para a lógica que move esse sistema:

Lógica que se apoia na produção de bens, tendo o valor de uso como suporte da mais-valia que deve voltar ao capital: ainda é mister que o valor seja realizado, que a mercadoria seja vendida; senão a acumulação se bloqueia, e isso pode ser a crise.

Lógica que se espalhou, no último terço do século XVIII e nos dois primeiros terços do século XIX, por ocasião da “primeira industrialização”: têxteis e roupas; máquinas, ferramentas e utensílios domésticos de metal; estradas de ferro e armas.

Lógica que se desenvolveu primeiramente na Grã-Bretanha, depois, com defasagens, nos outros países da Europa e Estados Unidos.

Pois, já que evocamos o capitalismo historicamente realizado, não nos podemos ater ao “modo de produção” e à sua lógica: há nações em que o capitalismo se desenvolve; e as rivalidades entre nações, mesmo que sejam alimentadas e marcadas pela oposição entre capitalismo nacionais, não se podem reduzir a isso. Há classes que se decompõem e se recompõem em correspondência com o grande movimento do desenvolvimento capitalista, com as lutas, com as alianças – com suas especificidades em cada formação social. Há o Estado, aparelho de dominação, lugar estratégico das alianças de classes e relações de forças. Há as ideias, as crenças, as religiões, a dupla nunca estabilizada do conhecimento e da ignorância, as ideologias; há o racismo, o nacionalismo, o militarismo, o espírito de dominação e o espírito de ganho...

O capitalismo em expansão encontra essas realidades sociais; ele se choca a elas ou se serve delas; ele as subverte, as transforma, as reprime ou as exacerba (BEAUD, 1997, p. 191,192).

Ao afirmar que mesmo após a quebra do sistema colonial de dominação, a América Latina vive o que Quijano (1989) conceitua de colonialidade do poder, onde os países latino-americanos ainda vivem sob dominação política e econômica dos Estados Unidos, entende-se que os processos de dominação econômica presentes na época da colonização europeia de certa forma ainda estão presentes no continente.

A dominação econômica e política que o autor alega ainda passar os países latino-americanos são observadas no que Grosfuguel descreve como:

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (apud Ballerstrin, 2012, p. 100).

Os processos de dominação europeia sob o continente estiveram baseados na ideia de superioridade e subjugação diante de outros povos, uma vez que os europeus entendiam que a América Latina deveria ser colonizada tanto econômica, quanto social, política e culturalmente, diante de um panorama totalmente discriminatório e violento, na medida em que as populações já habitantes da região não foram reconhecidas como sujeitos de direito diante de seu território, principalmente os indígenas, maioria populacional na Bolívia. Diante dessa perspectiva, García Linera afirma que:

(...) Assim como a vida é a fuga permanente da morte, nos países latino-americanos o “social” é a perpétua prevenção do “índio” no ordenamento público; o progresso é o extermínio do indígena ou sua domesticação civilizatória; também na Bolívia, convertido em semiproletariado nômade, qualquer indício de indianidade é objeto de renovadas pesquisas e dilações sociais: a modernidade é o extasiante holocausto da racionalidade indígena, por mais que o que a substitua seja um vulgar arremedo das inalcançáveis angústias da região oeste industrial; a nacionalidade é a erradicação das identidades coletivas irredutíveis à abstração do Estado, enquanto o diferente é a folclorização paternalista das distinções civilizatórias.

Essa horrorização do chamado mundo indígena é tão internalizada que até seus personificadores, quando podem, saem apavorados em busca redimidora da normatividade que os escraviza. O indígena é, pois, para a racionalidade estatal, a purulência social em processo de displicente extirpação; é a morte do sentido histórico válido (GARCÍA LINERA, 2010, p. 153).

Para compreender a colonização sofrida pelo continente latino-americano é necessário fazer uma leitura fora do eixo eurocêntrico da história, uma vez que esta é contada segundo a visão do colonizador e nem sempre a versão do colonizado é mostrada. Romper com a lógica de dominação econômica, política e cultural é uma difícil tarefa, sendo necessário abordar os fenômenos decorrentes desta dominação de forma diferente da que é comumente contada e, ainda, realizar uma análise através de um pensamento crítico a partir da América Latina é de fundamental importância para

esse rompimento com a dominação até linguística que foi veementemente reproduzida no continente.

O silenciar de vozes de uma população e a justificativa para uma violência sofrida por grande parcela de indivíduos, nos remete a autores como Darcy Ribeiro que procuraram, além de romper com a história contada unilateralmente, elucidada com um novo pensamento crítico feito a partir da América Latina. A respeito dos processos civilizatórios de formação étnica da sociedade, em especial dos povos americanos, o autor afirma que:

Os processos civilizatórios operam por duas vias opostas, conforme afetem os povos como agentes ou como pacientes da expansão civilizadora. A primeira via é a da aceleração evolutiva que prevalece no caso das sociedades que, dominando autonomamente a nova tecnologia, progredem socialmente, preservando seu perfil étnico-cultural e, por vezes, o expandindo sobre outros povos, na forma de macro-etnias. A segunda via, a da atualização histórica, prevalece no caso dos povos que, sofrendo o impacto de sociedades mais desenvolvidas tecnologicamente, são por elas subjugados, perdendo sua autonomia e correndo o risco de ver traumatizada sua cultura e descaracterizado seu perfil étnico (RIBEIRO, 1983, p. 34).

Compreender o pensamento social e a sociedade particular, cada uma com suas peculiaridades e suas formas de relacionamento com outras sociedades, é uma das variações que o autor nos apresenta, além de uma vertente diferente da do europeu para o processo de evolução sociocultural.

As relações sociais e os processos de mudanças políticas e econômicas estão diretamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que este influenciou a evolução da sociedade de forma a ditar seus diferentes acontecimentos baseados na exploração da mão de obra humana e na propagação de uma desigual divisão internacional do trabalho vivenciada pela América Latina. Cabe ressaltar aqui, que foi a partir da Revolução Industrial inglesa que se desenvolveu a Divisão Internacional do Trabalho.

Enquanto esse período de desenvolvimento de novas tecnologias e do progresso na Inglaterra cada vez mais se intensificava, na América Latina a crescente burguesia agroexportadora valia-se de estreitar as relações com a metrópole britânica, evidenciando que o intuito era de promover uma economia onde o desenvolvimento nacional valia-se do financiamento das economias centrais. Portanto, como descreve FRANK (1976) “o atual subdesenvolvimento da América Latina é o resultado de sua participação secular no processo de desenvolvimento capitalista mundial”.

Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, veio também uma modernidade descontrolada para América, em especial a América Latina. É de se notar que a acumulação proveniente das atividades econômicas realizadas nas terras latino-americanas provocaram uma desigualdade social, econômica e política que ainda hoje o subcontinente não superou, visto que a riqueza resultante de tais atividades servia para alimentar uma elite local e financiar o imperialismo europeu, que não se preocupava em distribuir esse capital para o restante da população.

A força de trabalho da população que habitava a América Latina foi forçadamente explorada para que o capitalismo se desenvolvesse nos países que, economicamente, demonstravam-se mais avançados diante do cenário americano.

Diante deste cenário, no próximo capítulo, trata-se de apresentar como o processo de implementação da lógica capitalista no continente esteve envolvida pelos preceitos neoliberais e como isso contribuiu para a posterior eleição do presidente Evo Morales, que desde a sua campanha eleitoral trazia um discurso contra as normativas que se apresentavam na sociedade boliviana, englobadas pela influência colonial e neoliberal.

4 DO NEOLIBERALISMO À ASCENSÃO DO PRIMEIRO PRESIDENTE INDÍGENA DA AMÉRICA

A história da busca pelo desenvolvimento na América Latina sempre esteve pautada em um processo de grandes incertezas e claramente dependente de recursos estrangeiros para financiar suas transformações econômicas, que, na maioria das vezes, foi baseada em ciclos desiguais que não se revertiam em benefícios para maioria da população.

Grande parte dos países latino-americanos encontrava no financiamento externo a fonte de recursos necessários para expandir sua economia, tornando-se cada vez mais dependentes dessas fontes externas e seus respectivos capitais. A história da Bolívia não se difere de outros países da América Latina, pois sendo um país com abundantes recursos naturais, e, colonizado por um capitalismo europeu extremamente despreocupado com seu desenvolvimento humano e social, tornou-se uma nação que em muito resume a problemática latino-americana de dependência econômica externa, além de, em muitos casos, necessitar do financiamento internacional para resolver problemas

econômicos, muitas vezes advindos dessa própria dependência adquirida durante o processo de inserção na economia política internacional.

O financiamento internacional traz graves consequências para o continente e para seus países, que em grande parte não dispunham de capitais para promover o seu próprio desenvolvimento econômico, recorrendo a empréstimos e a consequente contração de dívidas externas, muitas vezes ligadas ao sucateamento industrial encontrado em suas economias, além da falta de dinamização de pauta exportadora, atreladas também a processos coloniais que o subcontinente enfrentou.

Desenvolveu-se nesses países, impositivamente, um capitalismo periférico que não proporcionou a vivência de ciclos efetivos como em outras partes do mundo, cabendo observar a passagem direta de situação colonial para a implementação de um sistema econômico que dependesse financeiramente dos países mais desenvolvidos à época, como os EUA. Ainda que remontando período anterior, é possível que as palavras de Galeano nunca tenham se tornadas extemporâneas quando se refere ao papel norte-americano na América Latina, especialmente no contexto boliviano.

Esta dependência crescente, em relação aos fornecimentos externos, determina uma identificação também crescente dos interesses capitalistas norte-americanos na América Latina com a segurança nacional dos Estados Unidos. A estabilidade interior da primeira potência do mundo está intimamente ligada às inversões norte-americanas ao sul do rio Bravo (GALEANO, 1987, p. 147-148).

A Bolívia, durante as décadas de 1950 a 1980, esteve inserida dentro de um cenário doméstico pautado por um Estado nacional-desenvolvimentista que procurou em muito modificar as estruturas sociais, econômicas e institucionais do país. É importante ressaltar que a década de 1980 foi um marco temporal de relevância histórica para as economias de toda América Latina, com a conhecida “década perdida” e a crise de endividamento externo dos países além da hiperinflação, fazendo com que o governo boliviano adotasse, estrategicamente, medidas de cunho liberalizantes com uma economia desregulamentada, com forte presença de capital estrangeiro.

As pressões inflacionárias (devidas em parte ao grande aumento dos déficits do setor público causado pelo serviço da dívida pública e pelos crescentes subsídios concedidos aos devedores privados) se traduziram em altas anuais dos preços ao consumidor de três, quatro ou até cinco dígitos em muitos países latino-americanos: (...) 11750 por cento na Bolívia (1985), (...) (FERENCH-DAVIS, 2005, p. 161)

Nos anos posteriores, mais especificamente entre 1987 e 1998, o país experimentou através do crescente investimento externo, uma estabilidade macroeconômica não vivenciada há muito tempo, havendo ainda assim o aumento da renda. Entretanto, nenhum desses modelos implementados no país desde a sua independência em 1825, promoveu a inclusão social e a inserção da maioria populacional indígena ativamente dentro da economia, levando em 2003 a uma grave crise socioeconômica e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada, que em seu primeiro mandato promoveu privatizações de empresas estatais, alegando que iria desenvolver o país, mas, o dinheiro dessas vendas nunca chegou às camadas mais necessitadas da população.

Procurou-se demonstrar neste capítulo, ainda que de forma um pouco sintetizada, como ocorreu a implementação do neoliberalismo na Bolívia e os desdobramentos nos aspectos sociais, políticos e econômicos, bem como a influência destes aspectos na vida da população, o que culminou mais tarde, no ano de 2006, com a ascensão de movimentos de esquerda e a chegada à presidência do país de Evo Morales.

4.1 Os governos militares, o neoliberalismo e suas consequências para a sociedade boliviana

A década de 70 do século XX representou para o cenário internacional o surgimento de novas percepções a respeito de como lidar com os problemas econômicos enfrentados pelos países diante da instabilidade que se instaurara. No ano de 1973, ocorre uma grande crise, chamada de *crise do petróleo*, provocada pela guerra do *Yom Kippur*, desestabilizando grande parte das economias mundiais que eram dependentes desse produto.

Disseminado a partir da década de 1970, o neoliberalismo torna-se, em grande parte, precursor das diretrizes que a maioria dos países ocidentais adotariam para conduzir sua economia, através de reformas estruturais e institucionais que em nada convergiam com a busca por uma distribuição de renda igualitária e que pudesse beneficiar a maioria populacional dos países onde se instaurava. A política neoliberal se consolidou com o Consenso de Washington³ realizado em 1989 nos EUA.

³ O Consenso de Washington realizado nos EUA em 1989 é um receituário preconizado pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para o ajustamento das economias de países não desenvolvidos que se encontravam em crise ou em graves dificuldades, adotando posturas neoliberais.

Os ideários neoliberais tiveram início logo no pós Segunda Guerra Mundial, com a obra *O caminho da servidão* de Fredrich Hayek como precursor da ideologia em 1944:

De modo sucinto, pode-se considerar essa obra como um ataque veemente a quaisquer dispositivos estatais que implicassem limites ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado. Afinal, tais dispositivos representavam para o autor uma terrível ameaça não só às liberdades econômicas dos indivíduos, como também às suas próprias liberdades políticas. O alvo imediato e expresso de Hayek era, naquele momento, a social- democracia europeia, particularmente o trabalhismo inglês; e, de forma igualmente imediata, porém não tão expressa assim, o pensamento econômico keynesiano, então em firme ascensão.³ Ainda de acordo com sua visão, tais movimentos políticos e teóricos, apesar de suas boas intenções iniciais — o que não seria o caso dos movimentos socialistas inspirados na experiência soviética, estes sim legítimos signatários do totalitarismo —, conduziriam as sociedades ocidentais ao mesmo destino proporcionado pelo comunismo, pelo nazismo e pelo fascismo, ou seja, à mais completa servidão humana (VIDAL, s/d, p. 2,3).

As crises enfrentadas pelos Estados, assim como a grande crise que atingira o mundo em 1929, teriam se motivado segundo estes pensadores, devido à intervenção estatal na economia e a articulação política dos sindicatos dos trabalhadores da época, provocando assim, crises mais agudas do que as que acreditavam serem naturais dos processos econômicos de cada país. O partido no qual o autor se referia, era notadamente o Partido Trabalhista Inglês. Os gastos estatais no melhoramento das questões sociais no geral, não deveriam ser prioridades, pois estes seriam gastos que poderiam fortalecer movimentos operários, por exemplo, que lutavam por melhores condições de trabalho e remuneração.

Na América Latina, o país que primeiro implementou os ideários do neoliberalismo foi o Chile com a ditadura militar de Augusto Pinochet no ano de 1973, que rapidamente promoveu uma economia desregulamentada, além das privatizações de bens públicos. A democracia já não mais operava no país, assim como em diversos outros países durante esse período, como o caso de Brasil e Bolívia.

É importante lembrar que o modelo neoliberal ganha ainda mais força internacionalmente com a chegada ao poder de Margareth Thatcher, na Inglaterra, representando a hegemonia do modelo para época. Além disso, não se deve esquecer que nos EUA também passou a vigorar esse modelo, que iria refletir na América Latina com os receituários do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, importantes organismos econômicos que concediam empréstimos aos países latino-americanos:

A oportunidade para colocar em prática as idéias neoliberais surge na década de 1970 e no início da década de 1980, com o acirramento do sentimento anticomunista em fins da década de 1970, provocado pela segunda guerra fria que eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e com a vitória de candidatos conservadores na Europa e nos Estados Unidos.

A vitória de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, assegurou para esse país o pioneirismo na Europa na efetivação da receita neoliberal. Foi o primeiro país do centro do capitalismo a se empenhar na concretização do neoliberalismo (MARIANI,2007, s/i).

Esse período também abrange o que ficou conhecido como a Guerra Fria (1945-1991), ocasião em que o mundo sofreu influência de dois blocos antagônicos ideologicamente: de um lado EUA (capitalista) e de outro URSS (socialista), ambos disputando pela hegemonia de poder no sistema internacional e expansão de suas áreas de influência.

Nesse contexto, a América Latina estava inserida dentro da zona de influência entre as duas potências da época, onde mais tarde se evidenciaria a preponderância norte-americana na região em virtude do combate ao comunismo internacional, além da preocupação estadunidense com a ocorrência de novas revoluções de esquerda em outros países, como foi o caso da Revolução Cubana de 1959. Esta Revolução traçou novas estratégias dos Estados Unidos para a região e a Bolívia também foi um dos países afetados por essa política que, em muitos casos promoveu a queda ou instauração de regimes, em sua maioria militares.

A Bolívia a partir do ano de 1964 passa a ser regida por um sistema governamental fortemente repressor de direitos civis e políticos, sendo instaurada a ditadura militar com o presidente René Barrientos, que fazia parte do antigo partido que estava no poder, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Para entender a história da Bolívia contemporânea é preciso que voltemos um pouco, na Revolução de 1952, que se tornou fator de grande importância para representação dos diversos setores populacionais que participaram desse movimento, que ficou conhecido pelo ineditismo na participação proletária nas Américas em um processo que, de certa forma, transformou as estruturas sociais, políticas e econômicas do país, derrubando o governo pró-imperialista de Hugo Ballivian (1951-1952).

A Revolução de 1952 na Bolívia nasce do crescente declínio que o modelo oligárquico republicano apresentava no país, esgotando as possibilidades de continuação desse regime que em muito proporcionou aos bolivianos um modelo de desenvolvimento econômico baseado em uma distribuição fortemente deficitária dos

recursos que o país obtinha com suas atividades econômicas. Participaram operários mineiros, burgueses comerciantes, além de intelectuais, que através do MNR buscavam maior participação na vida política, centralização administrativa das atividades estatais e uma integração social que não se encontrava na minoritária classe dos industriais mineiros que dominavam as representações políticas desse país andino. Além disso, deve-se atentar aos antecedentes que na década de 30 e 40 dos setores dominantes que exploravam a massa indígena camponesa (CAMARGO, 2006, p. 149-151).

Como aponta Camargo (2006), a referida Revolução logrou êxito em algumas das propostas de suas transformações, como no sistema educacional, que se propunha diferenciar do antigo regime liberal e oligárquico que dominava a sociedade boliviana:

A idéia de fortalecer o sentido de identidade nacional inspirou, por sua vez, a reforma do sistema educacional, implantada a partir de 1955, entre cujas principais realizações encontra-se a estruturação do sistema escolar camponês, mediante a instituição da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino primário e a construção de vasto número de escolas rurais, em todo o país. A Revolução obteve resultados expressivos no combate ao analfabetismo adulto, flagelo social cuja planejada erradicação derivava, igualmente, da preocupação com a construção e a afirmação da identidade nacional. Em contraste com a concepção oligárquica exclusivista da educação, a disseminação do ensino terá sido, indubitavelmente, um dos êxitos do projeto revolucionário de integração nacional, logrado no contexto de clara linha de valorização do espanhol como a língua, por excelência, para o exercício da cidadania e para a ascensão sócio-econômica (CAMARGO, 2006, p. 150).

Como cita, ainda, o autor, o Estado passou de liberal para ser produtor, nacionalizando a mineração, ao qual era responsável a Corporación Minera de Bolívia (COMIBOL). Ressalta-se ainda o papel da Central Obrera Boliviana (COB), como parceira do MNR nesse novo regime que se instaurara, com importante vitória do movimento proletariado de trabalhadores bolivianos, com papel de fundamental importância para os processos de nacionalização das minas e a reforma agrária que aconteceria em 1953.

As terras bolivianas, dominadas por uma minoria oligárquica que via no indígena um ser atrasada passaram por modificações após a reforma agrária no que se refere à percepção do latifúndio como modelo empregado na divisão territorial do país.

Destarte, a lógica do outro como bárbaro e selvagem, que atrasa o desenvolvimento econômico do país nos remete ao que Edward Said aborda a respeito do racismo europeu no século XIX, construindo a imagem do oriental, por exemplo, como uma população inferior, atrasada e bárbara, segundo as concepções europeias de

superioridade em relação a outros povos, onde afirma que a imagem que temos do oriente é de “um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, lugar de experiências extraordinárias” (SAID, 2007, p.27).

O exótico era o índio, que se torna um ser de inúmeros vícios e, ademais, corrompia o país que os brancos procuravam construir. Camargo (2006) ainda afirma que:

Desse horror ao indígena surge uma das peças legislativas mais odiosas da República, símbolo do “*petty apartheid*” boliviano: a proibição do acesso dos índios a zonas centrais das principais cidades e a alguns de seus bairros que, assim, privativos de brancos, aproximar-se-iam de sonho urbano europeu. A proibição, que data dos primeiros anos do século passado, somente foi abolida em novembro de 1944, durante o governo de Gualberto Villarroel, no contexto dos preparativos para a realização do Primeiro Congresso Indígena Nacional, em La Paz, no ano seguinte (CAMARGO, 2006, p. 133).

Exposto a importância que a Revolução de 1952 teve para a Bolívia e os posteriores processos que vivenciara, é importante que se faça uma breve reflexão sobre os anos da ditadura militar boliviana.

As ditaduras na América Latina estão diretamente ligadas à doutrina de segurança nacional empreendida pelos Estados Unidos no processo de intervenção no subcontinente com o intuito de combater aqueles países que, contrários a sua política internacional, poderiam empreender dificuldades para o alcance de seus estratégicos objetivos econômicos e sociais no pós Segunda Guerra Mundial.

As concepções do nacional desenvolvimentismo que em diversos países latino-americanos foi utilizada pelos governos nacionais, foram variáveis que o Estado norte-americano considerava prejudicial a seus interesses de poder, e para isso o apoio ao militarismo latino-americano era de essencial importância para que a segurança do hemisfério fosse lograda com êxito. Além disso, como já registrado, é uma época de Guerra Fria. Os EUA procuravam conter um possível avanço soviético na região e manter os interesses das classes que dominavam esses países, na medida em que fosse pertinente ao governo norte-americano.

Octavio Ianni afirma que nas relações de dependência firmada entre EUA e os governos latino-americanos, as políticas econômicas e sociais destes últimos, desenvolviam-se de acordo com o que os norte-americanos almejavam:

A doutrina de segurança hemisférica implicava interdependência econômica, política e militar. Ou melhor, o caráter da supremacia dos Estados Unidos na América Latina, assim como o caráter dos interesses dos

governantes dos países do hemisfério compreendiam a doutrina da segurança nacional. Implicavam os desenvolvimentos políticos, econômicos e militares das relações de dependência destas nações segundo as razões dos governos dos Estados Unidos (s/d, p. 16).

O golpe militar na Bolívia no ano de 1964 coloca no poder o general René Barrientos e Alfredo Ovando no comando do país, tornando-se um dos períodos de maior repressão na história boliviana. A derrubada do partido político do MRN que regia o país pelo terceiro e breve mandato de Paz Estenssoro, demonstrava que a estrutura institucional do partido não mais se sustentava devido aos repetidos problemas das sucessões presidenciais que se encontrava. O exército passava a ser o protagonista do poder boliviano. Segundo Coggiola (2014):

O governo militar de Barrientos além de atacar as conquistas do regime iniciado em 1952, estreitou ao máximo os laços de dependência com os Estados Unidos, demonstrando que o principal apoio político do governo militar encontrava-se de fato fora das fronteiras nacionais do país. Este apoio tornou-se explícito nas eleições de 3 de julho de 1966, respaldadas pela OEA, destinadas a legitimar a ditadura militar (s/p)⁴

Logo no início do governo, podemos identificar as suas principais características e suas reais intenções no que se refere a condução do poder político do país:

Com o país nas mãos dos militares, a partir de 4 de novembro de 1964, o governo Barrientos teve como objetivo aumentar sua influência sobre o campesinato indígena, ao mesmo tempo que estrangulava o setor mineiro, potencialmente o mais revolucionário da nação. Nas áreas rurais, Barrientos incrementou a construção de escolas, pequenas estradas e postos de saúde, de maneira a estreitar os laços com os indígenas, muitas vezes afastados da vida política da Bolívia e desprezados pelas camadas médias urbanas. Por outro lado, o governo reprimiu intensamente os mineiros. Além de todas as medidas que já citamos, ainda podemos assinalar a anulação do Control Obrero, um dispositivo do decreto de nacionalização das minas que dava direito aos líderes sindicais de vetar decisões concernentes a fatores administrativos. Para completar esse painel, o pagamento dos trabalhadores foi cortado pela metade -aproximadamente oitenta centavos de dólar ao dia-, e a força de trabalho da Comibol foi reduzida em dez por cento.

Quaisquer tentativas de resistência eram reprimidas de forma violenta pelo governo militar (PERICÁS, 1998, p.5).

O apoio externo que o novo governo de Barrientos recebeu, também foi de grande importância para sua consolidação interna, pois, contrariando as diversas conquistas realizadas pela Revolução de 1952, o regime militar estreitou a relação com os Estados

⁴ Ver O ciclo militar na América do Sul. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/tag/ditadura-militar/> .

Unidos, reforçando ainda os laços de dependência e possibilitando a percepção que o maior apoio político ao regime também estava em âmbito internacional:

Externamente, o apoio ao golpe foi ainda mais importante. O governo de Barrientos, além de atacar as limitadas conquistas democráticas do regime iniciado em 1952, estreitou ao máximo os laços de dependência com os Estados Unidos, demonstrando que o principal apoio político do governo militar encontrava-se de fato fora das fronteiras nacionais do país (ANDRADE, 2006, p. 138).

Ademais, o apoio à instauração de regimes militares na América Latina em especial no país aqui trabalhado, é marcado por forte repressão aos movimentos sociais organizados, onde:

entre as primeiras medidas tomadas por Barrientos, foi ressuscitada a reacionária Constituição de 1945, escrita sob o domínio das oligarquias do estanho. O governo dá início a um período de reação violenta contra os movimentos sociais organizados. Os decretos de maio de 1965 rebaixam em 40% os salários dos mineiros e reorganizam a Comibol (Corporación Minera de Bolivia) (ANDRADE, 2006, p. 138).

As medidas de cunho repressivo e violento desencadearam, ao longo dos anos, diversas mobilizações das massas e períodos de resistência na sociedade boliviana que, apesar da introdução de diferentes modificações em 1952, apresentava disparidades sociais e políticas alarmantes, quando se refere à efetiva introdução econômica de sua maioria populacional nos novos processos que sua economia passara a desenvolver.

As lutas de resistência contra o regime instaurado se espalharam por todo o país logo no ano de 1965, onde os mineiros convocaram greves gerais e lutas por melhores condições socioeconômicas, sendo brutalmente reprimidos pelas forças governamentais militares, que cada vez mais tomavam conta das instituições do país.

O presidente, além de responder com violências os protestos e manifestações, decretou que qualquer reunião por parte dos sindicalistas era ilegal e que qualquer parecer sindical em relação à situação política do país, poderia ser repreendido. Além disso, nesse mesmo ano foi decretado Estado de sítio e a Lei de Segurança do Estado promoveu a ocupação das minas, restringindo ainda mais a condição de resistência dos mineiros.

Entretanto a luta dos sindicalistas mineiros não perdeu força, demonstrando que a constante busca por melhores condições de vida não seriam interrompidas pelos militares. Lutas armadas ocorreram em Llallagua, e “o exército foi obrigado a se

deslocar da cidade próxima a Catavi para reprimi-los, porém, outro contingente mineiro atacou o próprio quartel das tropas” (ANDRADE, 2006, p. 9). O governo respondeu com prisões, exílios e perseguições, além da morte de diversos mineiros.

O ano de 1967 transformou-se em um marco da luta dos mineiros contra o governo, pois esse ano representou uma das ações governamentais mais repressivas que eles enfrentaram: o massacre de San Juan, onde as tropas militares abriram fogo contra a população que ali se encontrava, morrendo crianças, mulheres e os sindicalistas que manifestavam contra a redução de empregos e os baixos salários.

Destarte, nessa época, a economia boliviana apresentava crescente processo de abertura e privatização, sendo empregada boa parte dos preceitos para uma economia liberalizante e que atendesse a interesses estrangeiros em detrimento do nacional:

Enquanto isso, foi aberto o mercado interno a empresas estrangeiras - especialmente norte-americanas-, com concessões, entre outras, às firmas International Mining and Processing Corporation e Philip Brothers, para processar e exportar os minérios produzidos nas minas Catavi e Matilde. Com isso, milhões de dólares foram canalizados para os Estados Unidos. Já em 1967, por exemplo, as empresas privadas na área de mineração controlavam 24% de toda a produção nacional (PERICÁS, 1998, p.2).

A queda de Barrientos leva Ovando Candias (1969-1970) à presidência do país, que logo é sucedido por Juan José Torres (1970-1971), que como descreve Andrade (2007, s/p), um pequeno e breve ciclo de abertura democrática pode ser identificado:

Com o governo militar de René Barrientos (1964-1969) aprofunda-se o chamado “Pacto militar-camponês” que prende a grande maioria dos dirigentes camponeses às redes de clientelismo do estado. Com a queda de Barrientos e a subida do general Ovando Candia (1969-1970) e depois com o general Juan José Torres (1970-1971), inicia-se um pequeno ciclo nacionalista com uma breve abertura democrática, de fato uma tentativa do exército em criar laços com os setores dos movimentos sociais ligadas às organizações operárias e populares. É fundamentalmente neste novo contexto político de abertura democrática que a COB e a Federação dos mineiros retomam seus congressos e as organizações da esquerda boliviana se reorganizam. A experiência da Assembléia Popular de 1971 – uma tentativa de constituição de parlamento operário-popular na tradição dos soviets – se desenvolve buscando erguer-se como pólo independente ao nacionalismo militar de um lado e às táticas do guerrilheirismo de inspiração guevarista ou ao maoísmo.

Retomando, porém, ao governo de Ovando, é interessante registrar que, através de um comando militar reformista, procura conter a influência do capital norte-americano no país e intervém para um frear os processos de desnacionalização que eram

enfrentados desde a ascensão dos governos militares em 1964. As reuniões sindicais saem da ilegalidade e dá lugar a volta da COB, além da nacionalização de setores estratégicos de hidrocarbonetos, como o petróleo.

Entretanto, Ovando enfrenta resistência de setores mais conservadores e logo é barrado em suas reformas para que ocorresse a permanência de uma Bolívia baseada em grandes propriedades e que mantivesse privilégios de poucos. Sendo assim:

(...) é incapaz de ultrapassar os limites colocados pelo “compromisso político” e cede ante as pressões dos setores dominantes para manter a política de ordem (manutenção da grande propriedade fundiária e as relações sociais no campo, repressão do novo movimento guerrilheiro) e o bloqueio do avanço do processo de nacionalização do capital privado (estrangeiro e nacional). Os setores dominantes do capital mineiro vivem uma descomunal tensão pelo temor de um novo surto de nacionalizações que afetaria as empresas mineradoras privadas, controladas pelo capital estadunidense. Encurralado entre a pressão das classes dominantes, decididas em afastar Ovando da direção do Estado, e as categorias sociais nacionalistas radicalizadas (militares, burocracia, “intelectuais” que participam no governo) empenhadas em dar continuidade ao processo de nacionalização e a recuperação da soberania do Estado, o governo Ovando recua e abandona seus objetivos propostos, conforme expressa seu documento programático (Mandato das Forças Armadas). Logo é deposto pelos militares de direita articulados ao capital monopolista estrangeiro (DURAN GIL, s/d, p. 4).

A desorganização do poder nessa época leva o proletariado boliviano a apoiar Juan Torres (1970-1971), que, ao assumir a presidência do país, demonstra a retomada de um nacionalismo militar que procurava retomar o controle do Estado fora do eixo da política de segurança hemisférica empreendida pelos Estados Unidos:

As idéias propostas pelo grupo comandado por Torres retomam as experiências dos militares nacionalistas bolivianos desde o final dos anos 30 (Busch e Villarroel) e do processo nacionalista iniciado em 1952; sofre influências do processo político nacionalista que ocorria no Peru sob o governo Velasco e do movimento militar nasserista (DURAN GIL, s/d, p. 5).

Ainda assim, o período era de grande instabilidade política e econômica, na medida em que sucessivos golpes políticos eram realizados e a economia boliviana não apresentava a dinamização necessária para superar a sua condição de atraso e subdesenvolvimento.

A instabilidade do governo militar boliviano a partir de 1971 é apontada, segundo Duran Gil (2003, p.61), como uma realidade que abarcou diversas crises e contradições políticas:

A conjuntura de 70- 71 condensou as principais crises políticas e contradições: crise do Exército, crise do nacionalismo revolucionário, crise final do sistema político e do Estado populista, e possibilidade real da tomada do poder pelo proletariado boliviano - germe de uma crise revolucionária, próxima de uma situação de duplo poder com a instauração da Assembléia Popular.

Como aponta Carvalho (2013), apenas no ano de 1952 são abolidas as condições pré-capitalistas no campo, e o contexto de opressão dessas massas camponesas leva o proletariado do setor mineiro a uma tentativa de despontar como governantes do país, através da Assembleia Popular do ano de 1971, que em grande parte procurou abarcar os diferentes setores da sociedade civil organizada da Bolívia, como as organizações sindicais e políticas do país. Buscava-se então uma autonomia frente ao governo militar que estava instalado no país, além de representar a tentativa da classe operária em ser parte efetiva da condução do poder político boliviano:

O atraso do capitalismo boliviano manifesta-se principalmente no campo, onde apenas em 1952 foram abolidas formalmente as relações servis. Soma-se a isto a manutenção das formas comunitárias e indígenas de produção no setor agrícola. Foi neste contexto que despontou o jovem proletariado mineiro, que tentou dirigir a nação oprimida por meio da AP em 1971. Os mineiros estavam vinculados ao setor mais moderno da economia boliviana, conectado com os centros econômicos mundiais. Em relação às classes dominantes, o país passa da condição de colônia à de semicolônia, posteriormente, quando sua economia é incorporada ao mercado mundial nos fins do século XIX, coincidindo com a consolidação da fase imperialista do capitalismo (CARVALHO, 2013, p.188).

A necessidade de construção de uma democracia representativa de baixo pra cima, diferente da concepção burguesa, que mesmo representativa, excluía os diversos movimentos populares, e a auto soberania das massas era o que essa nova organização popular almejava através da Assembleia.

Fazendo alusão com a Comuna de Paris de 1871, que se tornou um marco na auto-organização de um governo operário e democrático e na dualidade de um equilíbrio instável de poderes, Andrade (2011, s/i), chama de “Comuna de La Paz de 1971”, aos acontecimentos que sucederam na Bolívia, que assim como 1871 em Paris, a existência de dois poderes passa a vigorar na Bolívia, visto que, como o autor denomina, foi inaugurada em maio de 1971, a Assembleia ou Comuna ao lado do palácio presidencial, onde estava instalada a sede do governo militar.

A Assembleia de 1971 passa a denominar uma série de delegados para sua composição, estendendo os debates por todo o país a respeito da constituição dessa nova instituição, com discussões em diversos departamentos como Oruro e Cochabamba.

Ainda segundo as contribuições de Andrade (2011, s/i), em entrevista concedida ao Apropuc, realizada na PUC-SP, as contribuições da Comuna de Paris para posteriores processos revolucionários não deixaram de existir, pois “os delegados representantes possuíam mandatos imperativos, que é uma aquisição da Comuna de Paris. Os representantes prestavam contas diretamente à base que elegeu ele”, sendo assim, se um representante votasse contrariamente ao que a maioria almejava, automaticamente ele perderia seu mandato e era substituído por outro delegado.

O interessante a se notar, é que a preocupação da Assembleia estava em atender as demandas populares e não se concentrar em uma abstração universal, com projetos de nacionalização da mineração e da economia boliviana. Os tribunais populares também eram um dos projetos a ser instituídos, quebrando a lógica burguesa de condução do governo, que muitas vezes persegue militantes sociais.

A oposição da Assembleia Popular de 1971 ao governo estabelecido estava em grande parte relacionada a abertura ao capital monopolista dos EUA e a concessão de exploração das jazidas para grandes multinacionais, contrariando os desejos de uma economia nacionalizada e que atendesse aos desejos da maioria populacional trabalhista do país. A ideia de um governo participativo, logo foi reprimida por um novo golpe de Estado, onde entra em cena o governo ditatorial de Hugo Banzer Suárez, também grande repressor de direitos civis e da população indígena.

Como aponta Soraia de Carvalho, grande parte da massa trabalhadora procurou resistir ao golpe que se articulava contra o governo de Torres, entretanto, não logrou êxito ao se estabelecer, novamente, um governo militar no país:

No dia 19 de agosto de 1971, 80 mil pessoas atenderam ao chamado do Comando Político em La Paz para resistir ao golpe. Torres temia armar as massas. Atacou a esquerda, acusando-a de ter recusado uma aliança anteriormente e permitiu que o alto comando militar conspirasse sem bloqueios. Posteriormente, o presidente entregou 400 velhos fuzis aos dirigentes da COB. A resistência ao golpe esteve nas mãos das forças sociais organizadas em torno da AP. Foram cinco dias de combate. Sem divisão do exército ou acesso às armas, a vitória militar era praticamente impossível, o que levou a um recuo dos trabalhadores, muitos dos militantes de esquerda conseguiram se exilar. A ditadura de Banzer dissolveu a AP e fechou as universidades (CARVALHO, 2013, p. 192).

A ditadura de Banzer (1971-1978) ficou conhecida justamente por seus atos de violência e repressão contra as massas populares e os movimentos sociais da época, que reivindicavam um país livre do imperialismo dos países desenvolvidos, em especial dos EUA. Nessa época, também entram no cenário político das lutas sociais os movimentos

indigenistas, que passam a compor a vida política do país. Esse movimento indigenista será tratado mais tarde neste trabalho, pois, como outros movimentos populares, foi um dos responsáveis pela ascensão anos mais tarde de Evo Morales.

Banzer violentamente reprimiu o movimento operário mineiro e a sociedade civil organizada. Aliado ao MRN e a Falange Socialista Boliviana fechou as possibilidades da consolidação do poder da Assembleia e a Bolívia novamente entrou em um período governado pelos militares, que ao contrário do antigo presidente Torres que dialogou com o movimento operário, não apresentou qualquer sinal de diálogo diante da crise política que o país passava.

A Assembleia, que durou apenas três meses, representou uma real ameaça de tomada do poder político pela classe proletária boliviana e a organização das classes oprimidas passava a ser uma constante ameaça à classe política dominante que, em sua maioria, era formada por representantes que não atendiam as necessidades de sua população, fundamentalmente pobre e carente de políticas públicas estatais voltadas para situação de vulnerabilidade social, política, econômica e cultural.

Por fim, o que se sucede são sucessivos golpes e contragolpes na Bolívia onde, a partir do ano de 1993, o contexto das privatizações na economia boliviana é expresso de forma acentuada e o domínio cada vez maior do capital internacional, englobando também o capital bancário e financeiro, é desempenhado por um papel fundamental para manutenção e perpetuação de uma classe elitista dominante, que lucrava ainda mais com os processos de liberalização comercial que o país sofria.

Paz Estenssoro foi quem governou o país no período de 1985 a 1989 e, buscando controlar e estabilizar a economia, adota medidas que iam ao encontro das políticas propostas pelo FMI para concessão de empréstimos a países com economias ainda atrasadas, pois,

(...) de imediato, a busca pela estabilidade monetária e o controle inflacionário eram os principais pontos a serem alcançados através de medidas para a redução do déficit fiscal e dos gastos estatais, a efetivação de uma reforma tributária e a abertura econômica, além da substituição do peso pelo boliviano, como nova moeda do país. As medidas adotadas permitiram a reaproximação do país com o FMI, o que acarretou diretamente na reabertura de crédito e na possibilidade de novos acordos para a renegociação da dívida externa (CUNHA FILHO; VIANA, 2011, p. 228).

As sucessivas mudanças implementadas pelo governo de Paz Estenssoro provocaram grandes crises sociais no país, pois, ainda em 1986, o desemprego aumentou, motivado pelos baixos preços que uma das fontes de exportação do país

apresentou internacionalmente, que foi o caso do estanho, demonstrando a fragilidade que é ter uma economia sem dinamização e concentrada na exportação de produtos suscetíveis a demandas internacionais, característica das economias mineiro-exportadoras, como é o caso da Bolívia.

Em resposta a essa crise, milhares de trabalhadores mineiros marcharam desde a cidade de Oruro a La Paz, na tentativa de não perderem seus empregos e de lutar pelos seus direitos que eram trocados pela permanência do monopólio do capital estrangeiro no país. O governo reagiu com tropas do exército reprimindo os manifestantes e logo os trabalhadores cedem à pressão governamental. Percebe-se uma crescente fragilização do movimento operário, que ia dando lugar a novas formas de organização e mobilização, como o movimento camponês indígena. Os próximos governos darão continuidade às políticas econômicas adotadas por Estenssoro, entretanto, sem dar uma efetiva solução a crescente desigualdade e pobreza desse país andino.

O primeiro governo de Gonzalo Sanchez de Lozada (1993-1997) pode ser entendido como um aprofundador dos ideários neoliberais, na medida em que, durante seu mandato, o capital externo teve grande importância. Além disso, promoveu um aprofundamento das privatizações e cortou empregos. Ademais, a repressão aos movimentos sociais aumentou e atacou os camponeses ao decretar o programa “Coca Zero” (CARVALHO, 2013, p. 192). A isso cabe atentar a influência dos Estados Unidos na política de combate as plantações de coca do país, requisito atendido pelo então presidente da Bolívia, que reduziu em boa parte a produção de coca no país. As greves gerais também marcaram o período em que Lozada esteve no poder.

O segundo mandato do presidente (2002-2003) é marcado por intensos protestos sociais que ocorrem devido aos acontecimentos da Guerra do Gás (2003), uma importante insurreição popular contra a venda a preços baixíssimos do gás boliviano para exportação principalmente aos Estados Unidos e México, uma vez que o abastecimento do próprio mercado interno boliviano era deficitário.

Anteriormente, durante a gestão de Hugo Banzer, a conhecida Guerra da Água (2000) movimentou os setores populares da cidade de Cochabamba contra a privatização do sistema de água da região, que segundo a Lei 2029, cedia a quarenta anos de serviços privatizados a uma empresa filiada norte-americana. A Bolívia corria o risco de perder empréstimos do World Bank caso não seguisse suas recomendações de privatizações no país. O capitalismo mais uma vez mostrava seus preceitos desenfreados

perante a busca do lucro e da influência do capital em economias vulneráveis como a desse país andino.

A nacionalização dos hidrocarbonetos passa a ser uma pauta de exigência por parte dos manifestantes, inseridos dentro de um cenário de crise econômica, política e social. Destaca-se aqui, o surgimento da liderança indígena de Evo Morales, um importante condutor do sindicato dos cocaleiros no departamento de Cochabamba.

Nessa época, como aponta Pabón, a Bolívia passava por inúmeras dificuldades com a liberalização comercial e as dinâmicas excludentes do mercado:

(...) En Bolivia, las reformas estructurales generaron una mayor concentración de la riqueza, de los ingresos y del consumo. Estos efectos se asocian cada vez más con la dinámica excluyente del mercado y una forma de intervención del Estado que deja por fuera a las demandas de los campesinos, los pequeños productores, los trabajadores del campo y las ciudades, a favor de los grupos de mayor poder económico. En este sentido, las políticas económicas, la capitalización de las empresas públicas, y otras disposiciones que favorecen el libre flujo de capitales, han consolidado una reestructuración productiva que traslada a manos de las empresas transnacionales y a los sectores de su interés los ejes del crecimiento económico: hidrocarburos, comunicaciones, servicios financieros. Se trata de sectores intensivos en capital, con escasos eslabonamientos con el resto de la economía y con una reducida contribución a la generación de empleo (ESCOBAR DE PABÓN, 2003, p. 48).

Os organismos multilaterais passaram a redefinir a condução das políticas sociais do país, e as atividades do campo são diretamente afetadas pelas políticas empreendidas pelo governo do presidente Lozada, uma vez que não receberam o apoio necessário para seu bom desempenho para melhorar as bases de seu desenvolvimento, sendo deixados de lado diante de acordos firmados com outros países:

Paradójicamente, con las negociaciones en el marco del acuerdo del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) impulsado por los Estados Unidos, se apuesta peligrosamente al desarrollo de una capacidad exportadora que no existe, al menos no para el caso de los campesinos. Nuevamente, esto significa adscribirse al acuerdo del ALCA, lo que supone la profundización de las políticas liberales, sin haber evaluado críticamente los resultados de las políticas en curso.

La apertura a ultranza a la inversión privada extranjera con la sola promesa de un “ilimitado” mercado abierto para el desarrollo de la capacidad exportadora no parece augurar resultados a favor de las condiciones de producción y reproducción para los campesinos u otros sectores productivos del país (ESCOBAR DE PABÓN, p.52,53).

A convocação de uma Assembleia Constituinte também se tornou uma variável nas manifestações durante a Guerra do Gás de 2003, posteriormente realizada no ano de

2005 pelo presidente eleito Evo Morales. No próximo item se fará uma análise da perspectiva que levou à convocação da Assembleia Constituinte em 2006 e a eleição de Evo Morales Ayma, primeiro presidente indígena da Bolívia, figura de grande importância para o país na medida em que quebrou uma tradição de governantes de origem europeia na condução do poder no país.

Posteriormente a insurreição de 2003, Gonzalo Sanchez de Lozada renuncia e Carlos Mesa assume a presidência da Bolívia, ficando no cargo por pouco tempo até que ocorre a nacionalização dos hidrocarbonetos no ano de 2004, através da pressão da maioria populacional que consegue por um referendo essa conquista para o movimento dos trabalhadores bolivianos.

A crise da democracia representativa liberal leva no ano de 2005, com a renúncia de Mesa, à ascensão do Movimento ao Socialismo (MAS) ao governo do país, liderado por Evo Morales, a hegemonia no interior do bloco estava em crise, “(...) o que leva à constituição de uma burocracia estatal como força social, liderada pela pequena burguesia e camadas médias apoiada pelos movimentos populares indígenas, camponeses e urbanos” (Durán Gil apud CARVALHO, 2013, p. 193), desta forma, dando início a uma nova fase de reconhecimento da população indígena como verdadeira cidadã do Estado boliviano, além de ano de 2009 a criação de um novo marco legal para o país, a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.

O surgimento de uma nova fase política no território boliviano a partir de 2005 é em grande parte caracterizado por uma nova preocupação do Estado em garantir os direitos civis anteriormente negados à maioria de sua população indígena e camponesa, sendo assim:

num contexto de fragmentação política, econômica e social, fundada na exploração de riquezas minerais pelo colonizador espanhol, no domínio oligárquico expresso pela concentração da terra na mão de poucos e no preconceito e exclusão do indígena pela minoria branca, a partir do início do século XXI a Bolívia defronta-se com a emergência de um novo modelo político de inclusão, baseado, sobretudo, na participação popular e na ampliação dos direitos sociais e políticos às comunidades indígenas originárias e na retomada e atualização do projeto social e econômico ensaiado pela Revolução de 52 (CUNHA FILHO; VIANA, 2011, p. 226).

Cabe ressaltar ainda que no período da redemocratização pós-ditaduras militares, buscou-se na Bolívia a consolidação das instituições do país numa tentativa de diminuir o desgaste provocado institucionalmente pelos governos anteriores, criando “(...) modificações substanciais na lei eleitoral, o que garantiria a efetivação de eleições

justas, diminuindo drasticamente a fraude e a corrupção eleitoral” (CUNHA FILHO; VIANA, 2011, p. 227).

Ademais, procura-se no próximo subitem tratar como as políticas de cunho neoliberal afetaram a sociedade boliviana além dos já registrados, criando cenários propícios a formação de organização populares que contestassem a lógica econômica com fortes evidências imperialista que vinha sucedendo os diferentes governos estabelecidos no país, ressaltando a importância da Guerra da Água (2000) para a posterior ascensão do líder cocaleiro Evo Morales e do MAS para presidência da Bolívia.

4.2 A trajetória do MAS

Desde a introdução do neoliberalismo na América Latina, sucessivos processos políticos são identificados em diferentes países da região, ora pautados por uma democratização dos meios políticos, ora pela instauração de regimes fortemente repressivos e violentos como as ditaduras militares que, em sua maioria duraram mais de vinte anos.

Contrariando essa lógica muitas vezes imperialista, os movimentos de esquerda surgem com um caráter contestador e anti-imperialista, uma vez que grande parte da sociedade civil desses países sofreu anos de exclusão e desigualdade que vai desde o âmbito econômico até o cultural, como é o caso dos indígenas na Bolívia e em tantos outros países latino-americanos. Durante muitos anos, essa parcela populacional teve o seu direito de existência negado através de uma subjugação que ainda ocorre em alguns países.

A representação política- institucional na Bolívia foi modificada com a chegada a presidência do país do primeiro indígena a ocupar esse cargo, quebrando uma longa tradição de exclusão e desigualdade nessa representação de poder. Para entendermos a eleição de 2006 é preciso uma retomada na construção e formação do partido que Evo Morales pertence, o MAS.

No ano de 1999, surgiu um partido que procurava atender às demandas de setores populacionais historicamente excluídos da vida política boliviana, modificando as esferas de representação política no país de maneira a dar voz à tradição indígena e campesina, com lideranças já formadas, como Evo Morales e Felipe Quispe respectivamente:

A emergência indígena ao poder é resultado, sobretudo, de um longo processo histórico, com origens ainda no período colonial, em que o índio se fez presente participando ativamente dos mais diversos momentos constitutivos da República. A luta por autonomia dos povos autóctones teve sempre entre suas principais demandas à questão do direito à terra, do reconhecimento multiétnico e pluricultural do povo boliviano, bem como a independência dos povos originários (VIANA; MIGUEL; s/d, p. 93).

Antes de continuar, é interessante que se faça aqui uma referência a um dos destaques da luta dos povos indígenas contra o domínio dos sistemas opressores que se sucederam na Bolívia. Ressalte-se a figura do líder indígena Tupac Katari, na revolta do ano de 1871 contra o imperialismo europeu, onde mais de trinta mil homens situaram a cidade de La Paz e, como aponta Cunha Filho (2009), boa parte do receio da elite boliviana em relação as revoltas indígenas, relaciona-se com o que ocorreu no levante de 1871.

A emergência do MAS no cenário político boliviano é analisado segundo Fernando Mayorga (2007, p. 117) como uma rota de mão dupla:

El origen de la emergencia del MAS tiene doble ruta: por una parte, se enmarca en un debate en el seno de la CSUTCB en torno a la decisión de conformar un «instrumento político» de los sindicatos campesinos y los pueblos indígenas, empeño que data de la década de los noventa y se enmarca en la conmemoración de los 500 años del «descubrimiento» de América Latina. Por otra, se asienta en la fortaleza de las organizaciones sindicales de los campesinos productores de hoja de coca y en las relaciones entre sindicatos y algunas fuerzas de izquierda tradicional con escasa presencia parlamentaria.

A trajetória do partido primeiramente é datada de 1995, quando, filiam-se a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), sob a liderança de Evo Morales, diversas organizações campesinas que, por falta de expressivas assinaturas, não são reconhecidas pela Corte Eleitoral. Então é criada a Izquierda Unida (IU) para promover a união entre os cocaleros e a liderança de Morales que já em 1997, consegue expressiva vitória no Chapare.

A organização e articulação dos produtores de coca tornava-se uma das principais forças políticas do país, com expressiva representação de deputados eleitos e representando um pleito eleitoral que surpreendeu a oposição boliviana. Em 2002, conseguiram obter 20,9% dos votos para seu candidato que viria a disputar a presidência em contraponto a 22,46% do candidato do MNR⁵.

Segundo o pensamento de Mayorga (2007, p. 123), a atuação política do MAS :

⁵ Ver Fernando Mayorga: Encrucijadas Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia, p. 281.

(...) combina la labor parlamentaria del partido con medidas de presión extraparlamentaria realizadas por los sindicatos – bloqueos de carreteras, marchas, huelgas de hambre– que ponen en evidencia una conflictiva relación con la democracia representativa. La consigna esgrimida por Evo Morales como el principal desafío del MAS, «transitar de la protesta a la propuesta», refleja esta tensión entre una tradición sindical contestataria mediante la acción directa y una estrategia política que pretende ampliar su capacidad interpelatoria. Con una historia matizada, desde mediados de la década de los ochenta, por enfrentamientos con las fuerzas policiales y militares en el marco de la política de erradicación de las plantaciones de hoja de coca y movilizaciones callejeras para plantear sus demandas, los métodos de lucha 124 de los sindicatos cocaleros se combinan con la labor parlamentaria del partido.

Ainda segundo as contribuições do autor, o MAS recupera variáveis do discurso ideológico da esquerda boliviana, mas, distinguindo-se do viés dos partidos marxistas, luta contra a homogeneização cultural e resgata a crítica indígena a esses processos, tornando o partido diferente das esquerdas tradicionais, pois as suas reivindicações étnico-culturais assumem um caráter para construção de “uma nação boliviana multiétnica e pluricultural” (MAYORGA, 2007, p. 125).

A autonomia no que se refere à plantação e comercialização da folha de coca também é uma importante agenda do partido a ser citada, pois veementemente eram contra as intervenções tanto norte-americanas quanto do próprio governo nacional, no que referia a essa prática cultura indígena. Lutavam pelo fortalecimento do Estado nacional diante das multinacionais estrangeiras, livres do domínio da exploração capitalista.

Nesse contexto, com a figura de Morales na liderança do partido (MAS) e do sindicato cocalero, a região latino-americana é palco de uma grande transformação política que muda o eixo de poder de um dos países mais pobres da América Latina, exercendo crescente influência na inserção da população indígena no âmbito econômico, político, social e cultural da Bolívia.

O ano de 2006 é o marco temporal dessa transformação: um líder sindical indígena era eleito na Bolívia com mais de 54% de aprovação dos votos democráticos diretos. Evo Morales Ayma se tornava o primeiro presidente indígena eleito em um subcontinente onde 45 milhões de pessoas são indígenas, vivendo em 826 comunidades⁶.

⁶ Para mais informações ver relatório Povos Indígenas na América Latina: Progressos da última Década e desafios para garantir seus direitos, disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/S1420764_pt.pdf?sequence=1

Os desafios que aguardavam Evo eram de dimensão sócio-política e econômica muito grande, pois a Bolívia passava desde a sua independência em 1825, por períodos de grande instabilidade política e a cada ano as disparidades sociais aumentavam, aliadas a insatisfação popular devido aos processos de exclusão vivenciados por sua maioria populacional. As carências eram tamanhas que, em 2005, como apontado pela CEPAL, muitos bolivianos viviam abaixo da linha da pobreza, com níveis alarmantes de dificuldades para sobrevivência. Além disto, o país era considerado um dos mais pobres de toda a América Latina e expressava a clara necessidade de mudanças nesses paradigmas sociais que tanto inquietavam os bolivianos.

No próximo capítulo se fará uma reflexão sobre como a ascensão de Evo Morales possibilitou para a população indígena boliviana, o fortalecimento de uma nova perspectiva para o futuro frente aos desafios que se encontravam, diferenciando-se da marca colonialista, que em grande parte se tornou o fio condutor das políticas públicas na Bolívia durante muitos anos, seja através da influência estrangeira e principalmente estadunidense, ou pela instabilidade que foi instaurada pelas diretrizes governamentais

5 A NOVA CONSTITUIÇÃO BOLIVIANA E OS INDICADORES SOCIAIS NO DEPARTAMENTO DE ORURO

As eleições presidenciais na Bolívia no ano de 2006 representaram um relevante marco temporal na história da América Latina e do sistema internacional como um todo, pois a partir daquele período, o primeiro presidente de origem indígena passava a ocupar o cargo mais importante do país, rompendo com a lógica dominante de uma elite europeia instalada no poder e que historicamente proporcionou a exclusão e marginalização da maioria populacional indígena.

Conforme registrado, Evo Morales foi eleito com mais de 50% dos votos do eleitorado boliviano, representando a esperança depositada em sua figura diante de um cenário econômico e político crítico que a Bolívia vinha enfrentando desde os sucessivos golpes de Estado que desestabilizaram o país.

A independência do país em 1825, conforme evidencia a história, não necessariamente significou que toda sua população foi atendida diante da nova ordem política que se instalara. Pelo contrário, como afirma García Linera (2010), a cidadania que se construiu pós-independência, foi uma cidadania seletiva e que não englobava a maioria dos indivíduos bolivianos. Os indígenas principalmente sofreram com esse processo de segregação social que não permitia que esta sociedade vivenciasse processos naturais de desenvolvimento, onde a imposição econômica, cultural e política

tornaram-se variáveis sempre presentes no seio do corpo social boliviano. Entende-se que se desenvolvia na Bolívia uma *apartheid* social como ocorrido na África do Sul, na medida em que o desenvolvimento se processava, isto é, um desenvolvimento em que os índios serviam apenas para contribuir com os processos de exploração do trabalho, do qual eram verdadeiras peças descartáveis.

A respeito disso, o fragmento textual de García Linera nos elucida que:

a categoria índio foi inicialmente introduzida pelos representantes da coroa espanhola como categoria tributária e fiscal. Essa classificação, além de diluir parcialmente outras formas de identificação autóctones, estabeleceu uma divisão do trabalho e uma hierarquização de saberes e vias de acesso a ofícios, dando origem a uma complexa estrutura de divisão de classes. Mas, paralelamente, e para que essa tributação funcionasse, a colônia construiu a indianidade como um discurso preconceituoso e naturalizador das estruturas de dominação social, identificando-o como aquele que não está capacitado, aquele que deve ser mandado, educado, doutrinado, guiado, governado e aplacado (2010, p. 168).

Desta forma, segundo o autor, a exclusão econômica legitima-se através do estabelecimento de regras sociais competitivas de raça e expressava as condições sociais e econômicas construídas.

As assimetrias do sistema internacional contribuíram para que certas regiões do mundo fossem inseridas dentro de uma lógica econômica em que as trocas desiguais estavam presentes e que o desenvolvimento do moderno sistema capitalista que se conhece, foi concebido através dessas desigualdades que permeavam tanto o âmbito econômico, como político, social, cultural e científico. A lógica neoliberal estabelecida via sistema-mundo⁷, se instalou na América por meio da colonização europeia que amalgamava em seus princípios, critérios de uma hierarquização social distributiva de valores que classificava a população então habitante, de forma a legitimar esse processo datado inicialmente do século XV, e que posteriormente se desdobrou em uma economia mundial capitalista que obteve na América Latina fonte de recurso para a acumulação do capital responsável pelo desenvolvimento europeu.

O entendimento que alguns povos eram passíveis de submissão e exploração, perpassou todo o discurso colonizador racista e sexista, na medida em que este procurava estabelecer bases não igualitárias e impeditivas do desenvolver da sociedade latino-americana, ou seja, a naturalidade no desenvolvimento das sociedades nesta parte

⁷Termo cunhado por Immanuel Wallerstein.

do mundo não ocorreu, de forma a tornar-se uma composição imposta segundo a concepção da Europa.

A sociedade boliviana, notadamente marcada pelos princípios citados acima, desenvolver-se-ia diante de um colonizador opressor que, em grande parte, contribuiu para que os processos de desigualdades enfrentados pela mesma fossem perpetuados. Tais desigualdades implicaram em um país extremamente pobre no que se refere à distribuição da riqueza e que, após a eleição do presidente Morales, apresentou sinais de melhorias que serão demonstrados adiante na região escolhida para plano de observação deste estudo.

As mudanças empreendidas por Evo Morales tem início com a nova “Constitución Política del Estado” promulgada em 2009 e que um de seus princípios basilares eram proporcionar uma nova realidade a população boliviana, caracterizada como multiétnica e com um governo agora plurinacional, atento a atender as necessidades populacionais que no decorrer da história foram esquecidos ou negligenciados por um passado neoliberal e colonial:

El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado.

Un Estado basado en el respeto e igualdad entre todos, con principios de soberanía, dignidad, complementariedad, solidaridad, armonía y equidad en la distribución y redistribución del producto social, donde predomine la búsqueda del vivir bien; con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de los habitantes de esta tierra; en convivencia colectiva con acceso al agua, trabajo, educación, salud y vivienda para todos.

Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolivia democrática, productiva, portadora e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO, 2009).

A nova Constituição procurava em seus diversos aspectos tratar de que o novo Estado que se construiria a partir deste marco legal, abandonaria o passado dos preceitos neoliberais que em tanto contribuíram para as exclusões sociais, econômicas e políticas que o povo boliviano vivenciou.

O novo Estado que se formara, passou a ser denominado de Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário⁸ que reconheceria a partir de então, as particularidades dos povos indígenas originários e sua forma organizacional, concedendo autonomia sobre suas terras e instituições, além de reconhecer as mais de 36 etnias do país. Ficava estabelecido legalmente o castelhano e mais os idiomas indígenas como reconhecidamente oficiais: aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, eseejja, guaraní, guarasu'we, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré y zamuco.

No capítulo quatro da referida Constituição, são tratados especificamente dos direitos das nações e dos povos indígenas originários e camponeses, definindo diretrizes legalmente estabelecidas mediante o reconhecimento do governo boliviano das peculiaridades apresentadas por estes povos. Sendo assim, o presente documento afirma que “Es nación y pueblo indígena originario campesino toda la colectividad humana que comparte identidad cultural, idioma, tradición histórica, instituciones, territorialidad y cosmovisión, cuya existencia es anterior a la invasión colonial española” (Artigo 30).

Seguindo a análise do mesmo artigo, dezoito princípios jurisdicionais são estabelecidos, cabendo ressaltar aqui, entre os diversos que tratam da população indígena, a saber, os princípios dois, três, nove, dezesseis e dezessete respectivamente:

A su identidad cultural, creencia religiosa, espiritualidades, prácticas y costumbres, y a su propia cosmovisión.

A que la identidad cultural de cada uno de sus miembros, si así lo desea, se inscriba junto a la ciudadanía boliviana en su cédula de identidad, pasaporte u otros documentos de identificación con validez legal.

A que la identidad cultural de cada uno de sus miembros, si así lo desea, se inscriba junto a la ciudadanía boliviana en su cédula de identidad, pasaporte u otros documentos de identificación con validez legal.

A la participación en los beneficios de la explotación de los recursos naturales en sus territorios.

A la gestión territorial indígena autónoma, y al uso y aprovechamiento exclusivo de los recursos naturales renovables existentes en su territorio sin perjuicio de los derechos legítimamente adquiridos por terceros (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO, 2009).

Deve-se ressaltar que os outros princípios instituídos não são desprezados, mas identificar nestes apontados acima, benefícios empreendidos especificamente para a população indígena a partir do surgimento deste marco legal na sociedade Boliviana.

⁸Do original: Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario.

Ainda, o reconhecimento dessa população como sujeito de direito e efetivamente como cidadão no Estado boliviano, reforça a ideia inicial que a medida que ocorreu a implementação da nova Constituição e seus desdobramentos enquanto estabelecer leis que beneficiassem os índios, reduziu as desigualdades políticas no contexto dessa população, uma vez que, logo em seus parágrafos iniciais, tratou-se de reconhecer as variadas etnias e culturas presentes dentro do território boliviano, onde os indígenas estavam inseridos.

A partir disso, analisando dados do Instituto Nacional de Estadística (INE) na Bolívia, no próximo item, através das variáveis de análise saúde e educação, no contexto do departamento de Oruro, índices demonstraram uma crescente redução das disparidades socioeconômicas na região, localizada na parte territorial de maior incidência da pobreza.

5.1 O departamento de Oruro dentro de um cenário transformador: uma análise comparativa dos Censos de 2001 e 2012

A nova Constituição de 2009 concretizou o compromisso do governo de Morales adotado durante sua campanha eleitoral, procurando reduzir as desigualdades sociais através de um Estado que teria importante papel no desenvolvimento do país. A nacionalização dos hidrocarbonetos e sua nova concepção de desenvolvimento pautado pela nacionalização das riquezas naturais da Bolívia, modificaram importantes setores na economia boliviana que passaram a beneficiar uma maior parcela populacional pela distribuição da riqueza. Como aponta Moura e Castro (2007 p.2), “De fato, a nova Constituição garante direitos específicos de controle sobre a própria jurisdição à populações de origem indígena e campesina”.

O impacto que a nova Constituição promoveu na sociedade boliviana de modo geral, pode ser observado através da análise realizada comparando os indicadores sociais e econômicos da Bolívia no período compreendido entre 2001 e 2012, datas que marcaram uma política governamental de realização do censo populacional. Com recorte na parte da saúde, educação e economia, procuraram-se evidências da redução das desigualdades entre a população indígena numa análise macro, partindo do departamento de Oruro. Nos tópicos seguintes faz-se uma retrospectiva histórica da cidade para demonstrar como variáveis de pobreza e disparidades econômicas foram

historicamente permeadas na sociedade orureña devido à colonização e exploração de seus minerais em abundância pelos colonizadores europeus.

O departamento de Oruro localiza-se na região oeste da Bolívia e faz fronteira com o Chile e com os departamentos de La Paz, Cochabamba e Potosí. A capital departamental é a cidade de Oruro e o departamento conta 73,9% de sua população com auto identificação indígena.

Segundo o Censo de População e Habitação realizado em 2012, a população do Departamento de Oruro é de 494.587 habitantes, onde em sua maioria vivem na área rural, apontando para 64 % e 36 % na área urbana⁹. A população de Oruro é predominantemente indígena, distinguindo-se de regiões como Santa Cruz, região mais desenvolvida e de habitantes de descendência europeia.

À época da colonização, a cidade de Oruro era um dos mais importantes polos minerais da Bolívia, juntamente com Potosí, que em grande escala produziam matérias-primas catalizadoras do desenvolvimento econômico que acontecia na Europa. A cidade foi uma grande produtora de estanho, com uma de suas minas tendo importância mundial na produção deste minério. Como afirma Santillán, deve-se atentar que “en el caso de Oruro, nos debemos referir a las condiciones de su fundación; la existencia de yacimientos mineros, determinó la fundación de la Villa de San Felipe de Austria en el año 1606, aunque estas minas fueron explotadas desde épocas prehispánicas”¹⁰.

Inicialmente denominada Villa Real de San Felipe de Austria, Oruro foi uma importante região nos processos de libertação da Coroa espanhola, pois em 1781, um importante grito de liberdade contra a exploração europeia foi proclamado, tornando-se inspiração para outras regiões. Sebastián Pagador foi um dos líderes da revolta que tinha entre outras características, caráter de luta contra a cobrança fiscal da Coroa, em especial dos Bourbon que se instalaram dentro da Espanha em 1713 e que almejavam um aumento cada vez maior da produção das Colônias.

A história do Departamento remonta ao ano de 1826, um ano após a independência boliviana, onde por decreto do marechal Antônio Jose Sucre, foi criado Oruro, um dos departamentos de maior importância na economia da Bolívia. Desde a sua formação, a região apresentava-se como um centro minerador atrativo e que no início já contava com uma significativa população que chegava aos quinze mil

⁹Ver Censo de Población y Vivienda 2012.

¹⁰Para mais informações: <http://www.eabolivia.com/blogs/19109-aniversario-de-oruro-10-de-febrero-de-1781.html>

habitantes. Os indígenas que já habitavam a região foram submetidos a desumanos trabalhos dentro das minas do território, que eram a grande propulsora da economia do Departamento e da Bolívia em um contexto geral.

A importância da atividade mineradora deve ser destacada, pois foi através dela que Oruro prosperou e atingiu o seu ápice de crescimento econômico durante a época da colonização, entretanto cabendo ressaltar que crescimento econômico não significa que as riquezas ali geradas eram distribuídas entre a população. O capital dali adquirido ficava restrito às elites europeias e a mestiços que conseguiam certos postos de poder entre as instituições da colônia.

5.1.2 Desenvolvimento humano: saúde e educação no Departamento de Oruro

Partindo de uma análise do conceito de desenvolvimento humano referido pelo PNUD, escolheu-se trabalhar com variáveis que não fossem meramente relativas ao crescimento econômico, considerando outras características que pudessem influenciar no desenvolvimento de um país. Além disso, o desenvolvimento humano diz respeito às diferentes formas que um Estado procura diminuir as carências de seus cidadãos, como o atendimento a níveis básicos de saúde e educação.

Igualmente, sendo o PNUD um importante Programa vinculado a órgão internacional de cooperação e que visa reduzir a pobreza mundial através do desenvolvimento humano, três principais características foram mensuradas para considerar o IDH de um país, a saber: a saúde, educação e renda. Portanto, utilizou-se neste trabalho duas destas variáveis para evidenciar os avanços realizados na Bolívia, em especial no Departamento de Oruro que, assim como a maioria do país vem apresentando importantes e significativos avanços na redução da pobreza e no atendimento às necessidades básicas de sua população. Ainda, de uma forma geral, a Bolívia apresenta médio IDH¹¹.

Com a realização do censo na Bolívia no ano de 2012, pode-se perceber a importância que projetos como este tem para um país, pois, os dados atualizados e demográficos da população de um Estado são de extrema importância para que se possa, a partir de um diagnóstico econômico, social e político, estabelecer medidas que

¹¹Segundo Ranking IDH Global 2013 do PNUD, a Bolívia apresenta 0,667 de IDH.

procurem implementar estratégias de desenvolvimento para os Departamentos, municípios e mesmo âmbito nacional. Além disso, as informações servirão para que futuramente se possam estabelecer novas estratégias para um desenvolvimento econômico sustentável.

O Censo de 2012 dividiu-se em três fases:

En la primera fase -que concluyó el 31 de julio de 2013- se presentaron los resultados del Censo 2012, con estadísticas e indicadores de población y vivienda a nivel nacional y departamental, y el número de habitantes a nivel municipal.

La segunda fase culminó el 27 de diciembre de 2013. A esos datos de población y vivienda se incorporó información del número de habitantes y viviendas a nivel de comunidades y localidades de cada uno de los municipios del país.

En la tercera fase, el INE presenta este 30 de junio de 2014 los resultados revisados y validados, emergentes de reclamos debidamente acreditados, análisis técnicos internos, y optimizando la cartografía estadística generada en el Primer Censo Agropecuario del Estado Plurinacional de Bolivia (UNIDAD DE DIFUSIÓN Y COMUNICACIÓN, s/d, p.1).

Sendo assim, nos dados a seguir, evidencia-se uma das variáveis importantes para que se mensure o desenvolvimento humano e como isso pode influenciar em outros setores da sociedade de um país, a partir da evolução do número de estabelecimentos de saúde na Bolívia e no contexto do departamento de Oruro.

Tabela 1- Evolução do Número de Estabelecimentos de saúde na Bolívia

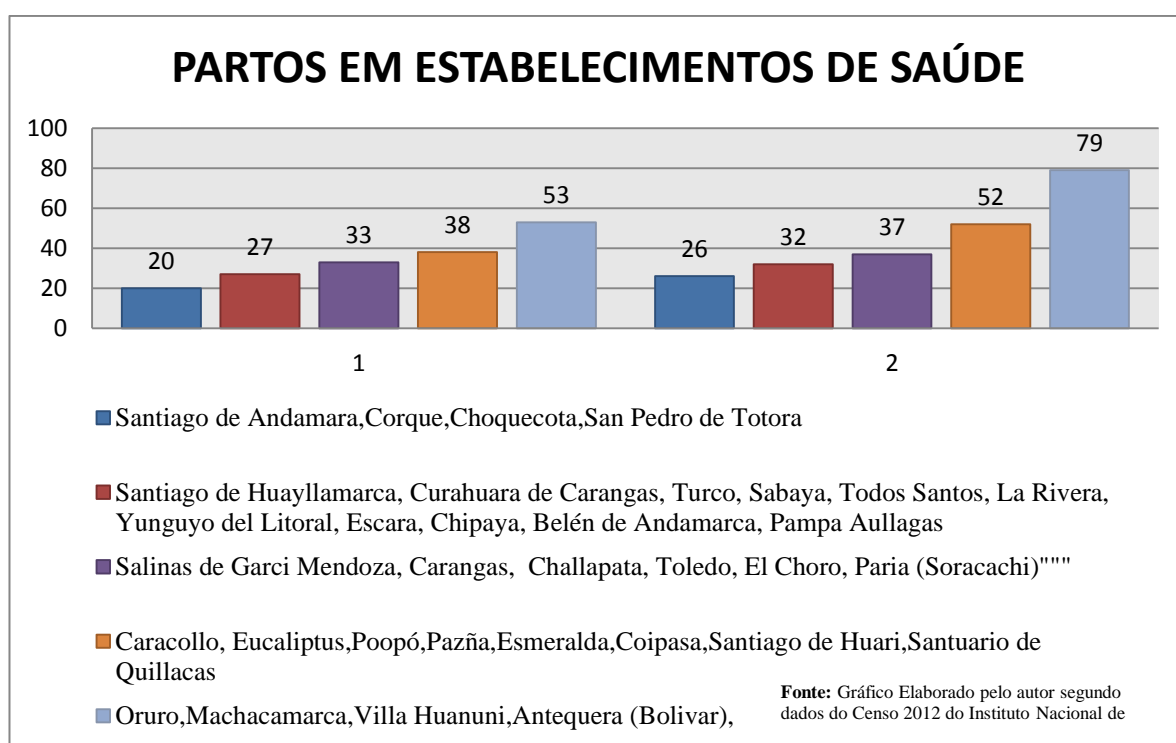
| DESCRIÇÃO | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| BOLÍVIA | 2.418 | 2.553 | 2.668 | 2.693 | 2.870 | 3.017 | 3.145 | 3.234 | 3.320 | 3.428 | 3.481 | 3.574 |
| Puesto de Salud | 1.192 | 1.272 | 1.332 | 1.360 | 1.412 | 1.431 | 1.500 | 1.519 | 1.549 | 1.606 | 1.606 | 1.604 |
| Centro de Salud | 1.039 | 1.089 | 1.129 | 1.140 | 1.218 | 1.319 | 1.374 | 1.441 | 1.500 | 1.539 | 1.589 | 1.671 |
| Hospital Básico | 135 | 140 | 155 | 142 | 182 | 209 | 211 | 213 | 212 | 221 | 224 | 233 |
| Hospital General | 26 | 26 | 26 | 26 | 33 | 34 | 35 | 35 | 34 | 34 | 34 | 38 |
| Instituto Especializado | 26 | 26 | 26 | 25 | 25 | 24 | 25 | 26 | 25 | 28 | 28 | 28 |
| Oruro | 134 | 138 | 142 | 146 | 164 | 179 | 190 | 198 | 205 | 212 | 212 | 215 |
| Puesto de Salud | 74 | 74 | 77 | 77 | 86 | 96 | 99 | 98 | 97 | 105 | 105 | 108 |
| Centro de Salud | 55 | 56 | 57 | 59 | 68 | 73 | 79 | 88 | 96 | 95 | 95 | 95 |
| Hospital Básico | 3 | 6 | 6 | 8 | 7 | 7 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 |
| Hospital General | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Instituto Especializado | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Ministerio de Salud y Deportes/INE.

A partir da análise da tabela acima, pode-se perceber que a atenção à saúde populacional tem crescido ao passar dos anos e a procura por um melhor atendimento da população em estabelecimentos de saúde, desde o ano 2001, mostrou evolução positiva. Mas em algumas áreas como hospitais gerais e institutos especializados no tratamento de saúde, a crescente não se demonstrou uma significativa melhora, com um baixo aumento para os hospitais gerais e com o Departamento não contando com nenhum instituto especializado.

O crescimento dos postos e centros de saúde foram os que demonstraram maior crescimento a partir dos dados apresentados, passando de setenta e quatro para cento e oito, e de cinquenta e cinco para noventa e cinco, respectivamente, nos anos de 2001 a 2012, evidenciando que apesar do Departamento ter aumentado significativamente alguns aspectos num âmbito geral da atenção a saúde de sua população, ainda é preciso grandes avanços, se comparado a amostra populacional como um todo.

Ainda assim, baseado na definição de desenvolvimento humano do PNUD, abaixo estão os partos por estabelecimentos de saúde classificados segundo os municípios do departamento de Oruro para o ano de 2012, sendo justificado com as observações dos ODM para classificar as melhorias nas condições de vida de uma população.



A importância de tal demonstração deve-se a criação de um programa do governo de atenção as mães bolivianas com o intuito de reduzir a mortalidade materna, neonatal

e de crianças menores de dois anos em todo território nacional por meio da transferência de recursos. O programa denominado Bono Juana Azurduy, vai ao encontro das novas políticas adotadas pelo Estado boliviano para reescrever sua história, distanciando de um passado colonial para construir um país livre e democrático.

As políticas de desenvolvimento anteriormente empreendidas estavam baseadas em uma desigualdade que não permitia que os mais pobres tivessem o acesso a condições básicas para satisfazer suas necessidades, tornando o acesso universal a saúde, um direito negado e negligenciado pelo Estado.

A nova Constituição promulgada em 2009 possibilitou que se garantisse direitos que antes não estavam resguardados legalmente e, a partir disso, o acesso a um sistema de saúde gratuito e universal passou a ser base do novo reordenamento político da Bolívia. O Estado entende que o direito e acesso à saúde são fundamentais para o desenvolvimento coletivo e para promoção do bem estar social. Igualmente, cabe ressaltar que a criação de políticas públicas nesse âmbito, está em consonância com as diretrizes internacionais do PNUD, órgão citado anteriormente e que atua na Bolívia. Sendo assim, no mesmo ano, pelo Decreto Supremo 0066 de 3 de abril de 2009, o presidente Evo Morales institui o programa *Bono Juana Azurduy*, que visa garantir a saúde como direito de todos os bolivianos e bolivianas, em especial estabelece diretrizes para combater a mortalidade infantil.

O referido programa foi instituído em todos os Departamentos do país e em seus 339 municípios, com grande área de abrangência, uma vez que foi instituído com base na Constituição, também estabelecida no mesmo ano. Em seu artigo trinta e cinco, inciso I, a Constituição Política do Estado considera obrigação do governo nacional boliviano o direito a saúde, onde afirma que “El Estado, en todos sus niveles, protegerá el derecho a la salud, promoviendo políticas públicas orientadas a mejorar la calidad de vida, el bien estar colectivo y el acceso gratuito de la población a los servicios de salud” (ARTIGO 35, p.17,18).¹²

Outrossim, no artigo trezentos e seis da Constituição, é estabelecido que o Estado reverterá em políticas de saúde os excedentes econômicos, tornando assim, ainda mais legítimo a implementação do programa aqui analisado. A questão da saúde, além de ser um compromisso estatal, foi um compromisso internacional ratificado pela Bolívia no

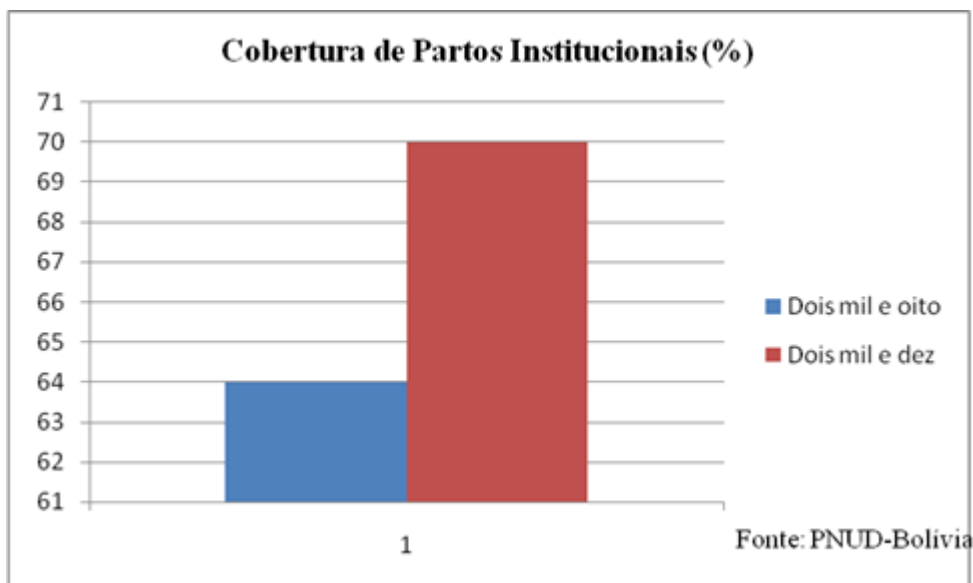
¹² Tradução do autor: O Estado, em todos os seus níveis, protegerá o direito a saúde, promovendo políticas públicas orientadas a melhorar a qualidade de vida, o bem estar coletivo e o acesso gratuito da população aos serviços de saúde.

ano de 2000, na medida em que, juntamente com outros países, comprometeu-se a realizar os compromissos socioeconômicos prescritos na Resolução A/RES/55/2 da Assembleia Geral da ONU de oito de setembro do ano dois mil.

O programa em seu artigo quinto, estabelece como beneficiárias mulheres grávidas e crianças menores de um ano no momento da inscrição no programa até completarem dois anos de idade, recebendo um benefício da seguinte forma:

| Destinatário/a | Corresponsabilidade | Valor em pesos bolivianos | Total em pesos bolivianos |
|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Mulher gestante | Primeiro controle pré-natal | 50 | 320 |
| | Segundo controle pré-natal | 50 | |
| | Terceiro controle pré-natal | 50 | |
| | Quarto controle pré-natal | 50 | |
| | Parto institucional mais controle pós-natal | 120 | |
| Meninos/as menos de dois anos | Monitoração bimensal da atenção integral para meninos/as | c/2 meses bs 125 | 1.500 |
| Fonte: UNFPA/BOLÍVIA, Programa Bono Juana Azurduy Total | | | 1.820 |

Através do Programa Bono Juana Azurduy, a assistência a saúde materna aumentou significativamente e possibilitou à Bolívia alcançar uma das metas do milênio segundo princípios das Nações Unidas, na medida em que no ano de 2010 a realização de partos institucionais atingiu setenta por cento, demonstrando avanços no acesso a saúde pública no país. Essa análise é importante para demonstrar que um dos objetivos iniciais do trabalho, em evidenciar as reduções das desigualdades entre a população indígena de Oruro, está sendo alcançada, no período posterior a nova Constituição. Em um âmbito macro de análise nacional, essa cifra pode ser representada abaixo:

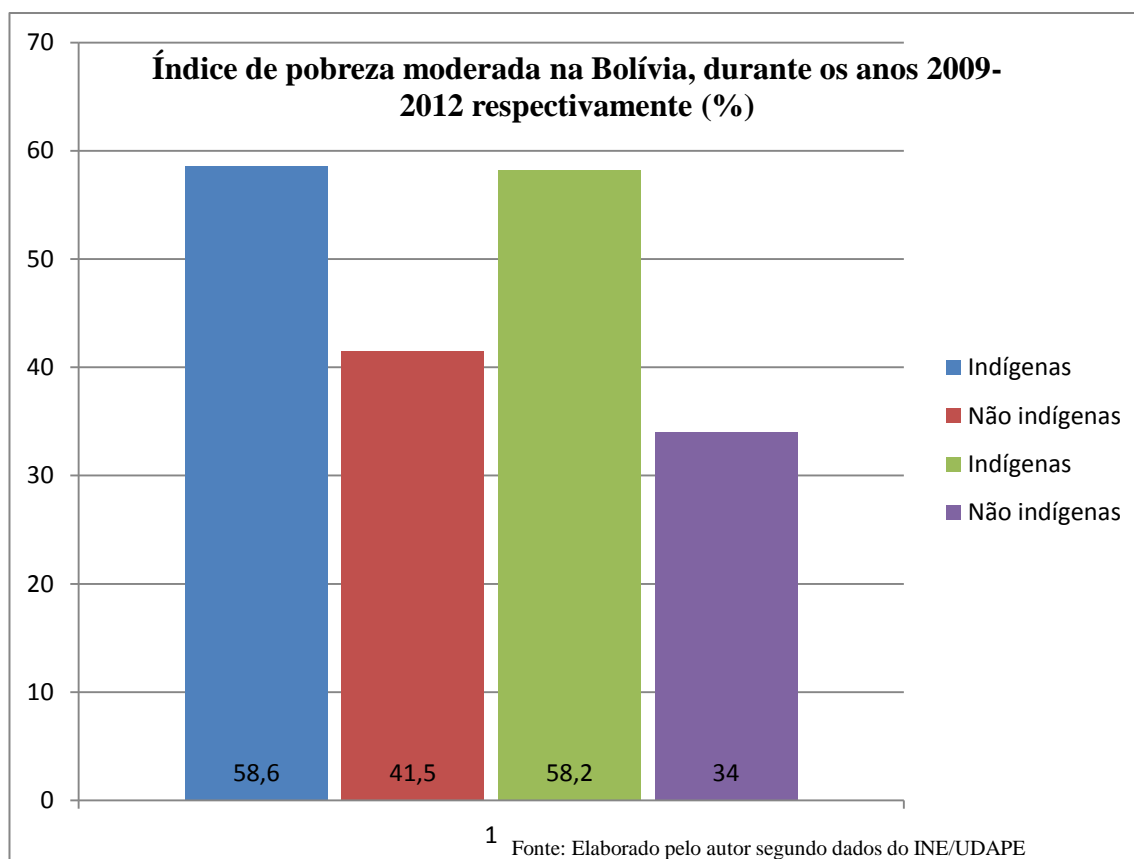


O desenvolvimento humano também envolve variadas questões que vão além da parte econômica de uma análise, onde deve-se considerar indicadores de saúde conforme se observa que tais indicadores podem evidenciar uma melhoria no desenvolvimento de uma sociedade.

Os paradigmas de uma sociedade e as preocupações em reduzir as disparidades entre os diferentes segmentos de uma população são preocupações que apenas recentemente têm sido inseridos no contexto boliviano com o estabelecimento e reconhecimento de um Estado multiétnico e plurinacional, e a promoção da dignidade humana em todas as suas instâncias, a cada ano aparenta ser positiva, segundo os índices observados. Os indicadores demonstrados, em um âmbito macro, ou seja, no contexto nacional, servem para que se possa apresentar como a saúde pública tem evoluído na Bolívia através de políticas públicas governamentais que reduziram índices sociais alarmantes.

Nesse contexto, procura-se considerar a redução de outro índice socioeconômico. No nível departamental, a pobreza moderada¹³ apresentou significativas melhoras no decorrer dos anos de 2009 e 2012 e, principalmente se considerado a população não indígena. Entretanto, para a população que se procura demonstrar no trabalho, a indígena, os indicadores não são favoráveis, apresentando uma redução pequena nesse índice, conforme o gráfico abaixo:

¹³ Segundo Banco Mundial a pobreza moderada refere-se a pessoas que vivem com aproximadamente US\$ 4 por dia.



O gráfico acima demonstra que apesar dos esforços governamentais para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária e preocupada com a melhoria social, no que se refere à pobreza moderada, a população indígena permaneceu praticamente estagnada entre os anos analisados.

No entanto, cabe ressaltar que isso não significa que em outras áreas os índices deixam de ser favoráveis a essa população, como a redução da pobreza extrema¹⁴ em mais da metade, se comparado os anos de 2001, com índice de 46%, e o ano de 2011, apresentando índices de 15% entre essa mesma população indígena¹⁵.

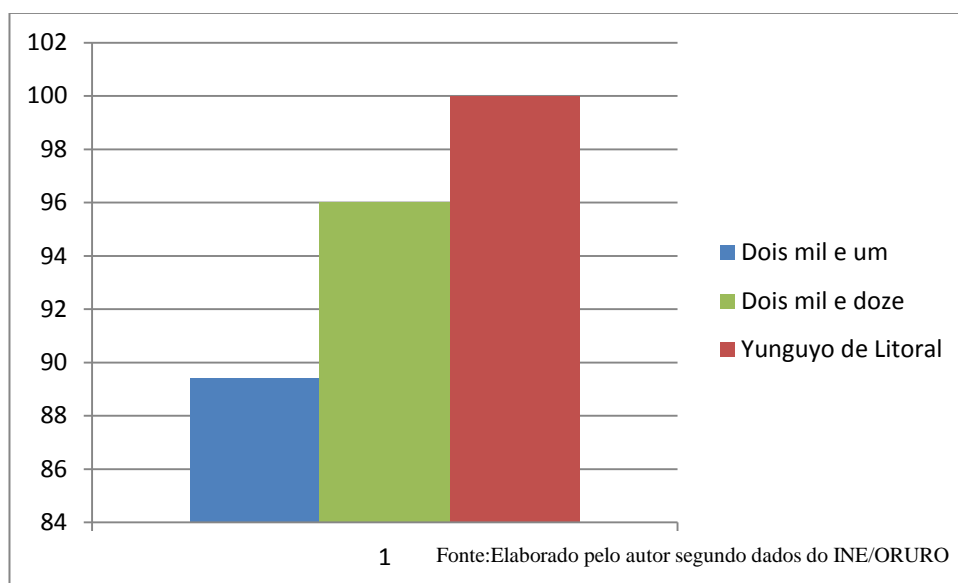
A reorientação política e administrativa que a Bolívia vem atravessando desde a eleição de Evo Morales e a promoção de um modelo político orientado pelos direitos humanos e dos povos indígenas, tem apresentado crescentes benefícios para a população boliviana, como os índices demonstrados anteriormente. Igualmente, se analisado a diminuição da extrema pobreza no país, notadamente houve redução das desigualdades

¹⁴ A pobreza extrema de acordo com classificação do Banco Mundial refere-se a pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,25 por dia.

¹⁵ Ver “Indicadores de Pobreza y Desigualdad Estimados por el Método de Línea de Pobreza Según Área Geográfica y Condición Étnico- Lingüística 1996-2014”, disponível em: http://www.udape.gob.bo/portales_html/dossierweb2015/htms/Cap07/C070602.xls

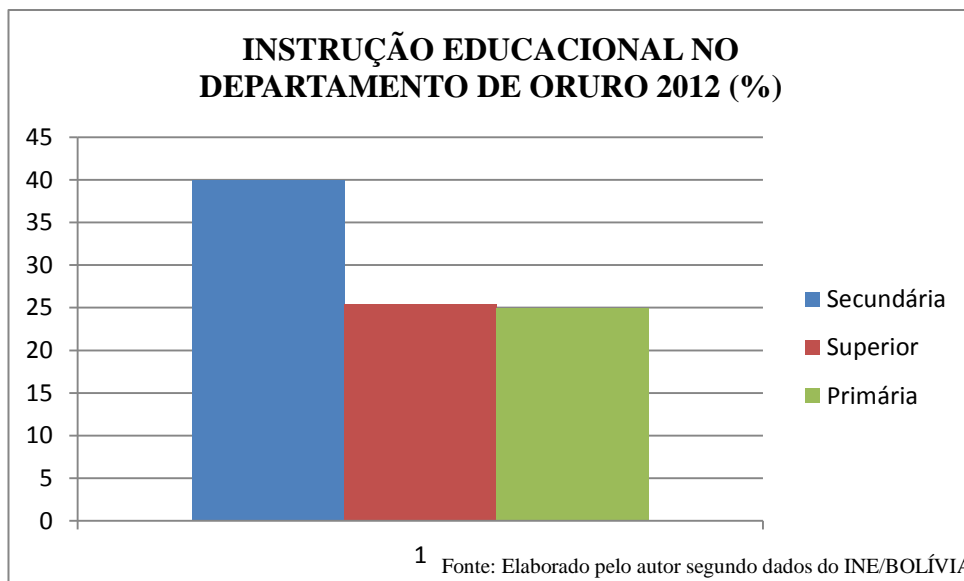
sociais, onde entre os anos de 2005 e 2010, reduziu-se em 12,8% no contexto geral, segundo dados do PNUD.

No que se refere à educação, também pauta do governo de Morales, o Departamento de Oruro apresentou significativas mudanças nos índices entre dois mil e um e dois mil e doze, onde a taxa de alfabetização está prestes a atingir cem por cento da população da região, em alguns municípios como Yunguyo de Litoral atingindo essa porcentagem no ano de dois mil e doze. O gráfico abaixo demonstra essa tendência evolutiva:



Quando analisado a taxa de assistência escolar para população de seis a dezenove anos no Departamento de Oruro, uma melhoria também é notada, especialmente quando se refere a participação das mulheres, com um salto de 81,9 por cento em 2001, para 90,1 por cento em 2012, demonstrando que medidas como as políticas públicas supracitadas podem contribuir para o desenvolvimento humano e coletivo. No contexto geral, o índice apresentado foi de 83,3 por cento para o ano de 2001, e 89,8 por cento para o ano de 2012.

Quanto ao nível de instrução educacional, as taxas apresentadas pelo Departamento são as seguintes:



Por fim, todos os dados citados anteriormente servem para evidenciar que, a partir do ano de 2009 e a eleição de Evo Morales, significativas mudanças foram empreendidas no contexto boliviano, na medida em que os índices demonstram positivos avanços na sociedade civil da Bolívia, em especial no Departamento de Oruro, aqui considerado.

Em alguns aspectos as taxas nem sempre apresentaram melhoras, como no quesito pobreza moderada entre a população indígena neste Departamento, entretanto, cabe ressaltar que em contextos gerais, o país vem apresentando grandes e inovadoras mudanças tanto economicamente, como em termos de políticas sociais que o governo vem implementando em todo território nacional, a fim de que as disparidades muitas das vezes oriundas do processo colonizador, e posteriormente dos preceitos neoliberais capitalistas, possam ser reduzidas ao longo dos anos e o Departamento de Oruro vive tal expectativa, como parte deste contexto.

A eleição de Evo Morales e o contato promovido entre o Estado e a sociedade, proporcionaram uma maior democratização do acesso a serviços essenciais, como a saúde, uma importante variável a ser considerada quando se procura estabelecer o nível de desenvolvimento humano de uma nação. Além disso, a maior participação dos indígenas nas decisões políticas do país influenciou a construção de políticas sociais que atendessem as demandas e carências dessa população historicamente excluída destes meios. Isso é evidenciado com as leis de autonomia dos territórios promulgada por Evo Morales durante seu governo que reconhece, além dos costumes ancestrais dos

indígenas, a sua denominação sobre a “Mãe-terra” ou Pachamama e a sua valorização enquanto parte do costume e identidade dos povos andinos originários.

Os desafios que o governo boliviano tem enfrentado não são poucos, haja vista que o país têm um passado permeado pelas desigualdades e por lutas sociais, lutas estas desencadeadas para escapar aos princípios neoliberais e implementar na Bolívia um novo processo de desenvolvimento econômico, não puramente um crescimento da economia, mas, um crescimento com distribuir da riqueza de forma mais equilibrada.

A partir de 2006, indiscutivelmente a Bolívia experimentou a redução das desigualdades entre sua população de maioria indígena, conforme os índices aqui analisados, entretanto ainda é notável os avanços que este país latino-americano pode empreender.

As reformas empreendidas por Evo Morales e as mais variadas modificações efetuadas em seu governo como as políticas públicas implementadas em favor dos indígenas, fazem parte do modelo do “Viver Bem” que o presidente procura estabelecer desde o seu primeiro mandato, a partir de sua concepção diferenciada de desenvolvimento econômico sustentável, retomando os princípios da ancestralidade cultural indígena de respeito à Pachamama (mãe-terra), deixando de lado as políticas neoliberais que pouco se preocupavam com o meio ambiente. Mais uma vez, pode se observar a importância que o novo chefe do Estado boliviano infere ao índio e sua cultura, pois o “Viver Bem” foi legalmente reconhecido na nova Constituição de 2009 como princípio norteador do governo.

Entretanto, cabe ressaltar que a eleição de Evo teve como pano de fundo as crescentes lutas separatistas e as graves crises econômicas que aconteciam na Bolívia, onde o sentimento de pertencimento da nação estava comprometido devido aos antigos modelos implantados no país que em muito contribuíram para agravamento das crises socioeconômicas que vinham acontecendo desde o século passado.

É notável que uma maior parcela da população tenha sido englobada com as decisões sendo tomadas em todos os âmbitos do país, desde o governamental até o comunitário, e através das políticas públicas regulamentadas pelo presidente, as condições da população indígena de Oruro, seguindo a tendência do conjunto do país, tem apresentado melhoras no período analisado quando se compara os anos de 2001 e 2012, nos indicadores de saúde e educação. Mas ainda assim, fica o questionamento de se realmente o novo presidente surgiu com intuito de efetivamente reescrever a história boliviana abandonando o devastador passado capitalista neoliberal, ou se o modelo

empreendido por Morales apareceu de forma bem propícia para amenizar o descontentamento social que a cada dia separava governo e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação que o continente latino-americano vivenciou a partir de 1492 trouxe graves consequências quando se passa a analisar o contexto e as implicações socioeconômicas que tais acontecimentos geraram nos países, na medida em que os mesmos se tornaram subservientes ao desenvolvimento de um capitalismo europeu. Isso pode ser observado através das desiguais trocas comerciais que diversos países da América Latina ainda experimentam, muitas vezes advindas de um histórico colonial e explorador que os países ibéricos primeiramente empregaram no continente.

A história dos países latino-americanos é marcada por processos de grande instabilidade política, econômica e social, na medida em que a construção de seus Estados esteve pautada por uma influência externa que em grande parte procurou desconsiderar as populações originárias que ali habitavam, como é o caso da Bolívia.

A população boliviana, formada por maioria indígena, desde a independência do país em 1825, vivenciou processos de exclusão que conseqüentemente provocaram uma marginalização que somente em 2005 começou a apresentar sinais de transformação.

A independência do país, liderado por Simon Bolívar, não trouxe a inclusão que se esperava, pois como mencionado no decorrer do trabalho, o reconhecimento de quem era cidadão e possuidor de direitos, ficou restrito a população que possuía grande riqueza e que fosse alfabetizada, gerando exclusão da maioria da sociedade deste país.

Num contexto de crescente desigualdade e com aumento da pobreza, no ano de 1952 ocorre a uma revolução no país e o Movimento Nacionalista Revolucionário chega ao poder, trazendo importantes pautas para uma possível mudança nos rumos que o poder político se encontrava. Ocorreu a reforma agrária e o sufrágio universal, que em conjunto com outras medidas, possibilitou que a população se inserisse de uma forma mais presente dentro do contexto nacional.

A história boliviana também é marcada por sucessivos momentos de instabilidade social e econômica, uma vez que ao decorrer dos anos, o país esteve envolvido por governantes que não procuravam atender as carências de sua população e muitas vezes, estiveram alinhados a interesses externos, como aconteceu a época dos governos militares iniciado em 1964 até a década de oitenta. Cabe ressaltar que foi

durante esse período que se implementou no país o ideário neoliberal, com privatizações que culminaram em um aumento da pobreza e das disparidades, visto que o neoliberalismo pregava um crescimento econômico sem necessariamente estar atrelado a um desenvolvimento social.

Os anos 2000 representou uma quebra desse paradigma que se apresentava na sociedade boliviana, com o que ficou conhecido como a Guerra da Água, onde a população lutou contra a privatização de serviços básicos em Cochabamba e uma vez que instalado os ideários neoliberais, a maioria populacional sofria as consequências de um acúmulo de riquezas não distributivas.

A população indígena, representado por mais de 50% da composição populacional, esteve inserida nesse contexto de grandes desigualdades, e procurou-se demonstrar através da análise de dados dos Censos de 2001 e 2012, como ocorreram transformações neste cenário a partir da eleição de Evo Morales em 2006, num contexto macro, nacional, para uma vertente de análise micro, no Departamento de Oruro.

As variáveis escolhidas para esta análise, educação e saúde, vão de encontro às estabelecidas pelo PNUD para analisar o desenvolvimento humano de um país, uma vez que foi preciso delimitar as condições de análise devido as dificuldades encontradas para se adquirir dados específicos sobre a situação socioeconômica do país. O processo de desenvolvimento humano trabalhado levou a considerações que demonstram positivas transformações no cenário boliviano, se compararmos os períodos analisados, 2001 e 2012, em especial nas áreas da educação e saúde, com redução das disparidades nestas variáveis, aumentando o atendimento do Estado para a sociedade civil.

A hipótese inicial foi confirmada, pois analisando os dados apresentados, ocorreu uma melhoria nas condições sociais da Bolívia, e do Departamento de Oruro aqui analisado, inseridos dentro do novo contexto que a promulgação da Constituição de 2009 promoveu no país e a maior inserção possibilitada por esse documento legal que atende em mais de oitenta artigos a demanda populacional indígena.

As mudanças empreendidas por Evo Morales possibilitaram perceber que a ascensão do presidente indígena quebrou uma longa tradição de governantes europeus na Bolívia e, além disso, o modelo de desenvolvimento Viver Bem, apesar de contraditório, empreendeu mudanças significativas na sociedade boliviana, podendo-se, desta forma, antever-se possibilidades de mudanças mais significativas no cenário boliviano e, por conseguinte, no contexto de Oruro, o que só tende a estimular as pesquisas para um aprofundamento destas questões, afinal, esta pequena análise deixa

em aberto a outros pesquisadores, a fim de que estes possam continuar buscando respostas que venham melhor intervir na realidade aqui estudada. É o que se espera com este trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Roberto Regalado. **América Latina entre siglos, Dominación, Crisis, Lucha Social y Alternativas Políticas de la Izquierda**. Melbourne: Ed. Ocean Press, 2006.259p.

ANAIS DO IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2010, Londrina. A Bolívia, os movimentos indígenas e a emergência do “Estado ressocializado”. Londrina: Uel, 2010. 9 p. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/10_jorgeteixeira.pdf>. Acesso em: 17 março. 2015.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **Bolívia, 1964 – os militares também golpeiam**. Proj. História, São Paulo, (31), p. 131-146, dez. 2005.

_____, Everaldo de Oliveira. **Democracia e Revolução na Bolívia**. Palestra realizada na PUC-SP. 23 e 27 de maio de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kdcnd-ICrM>.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial**. Departamento de História- FFLCH/USP.[s.i]. São Paulo. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/61800/64663>. Acesso em: 11 de março 2015.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____, Luis Fernando. **Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. CEDEC, n. 83, p. 179-216, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/125433>>.

BALLESTRIN, Luciana. (2013) **América Latina e o Giro Decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política. no.11 Brasília May/Aug. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Taxa de incidência de pobreza na Bolívia**. Washington, D.C. Disponível em: <http://www.bancomundial.org/es/topic/poverty/lac-equity-lab1/poverty> . Acesso em: 15 out. 2015.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. Editora: Brasiliense, 1997.

BOLÍVIA, Constituição (2009). Fevereiro de 2009.

BOLÍVIA. Ministerio de Salud y Deportes. Dirección General de Salud. **Unidad de Servicios de Salud y Calidad Plan estratégico nacional de salud sexual y reproductiva 2009- 2015**./Ministerio de Salud y Deportes 2ed. La Paz : Excelsior, 2010. Disponível em: http://www.minsalud.gob.bo/images/Documentacion/redes_salud/PLAN%20ESTRATEGICO%20NACIONAL%20DE%20SALUD%20SEXUAL%20Y%20REPRODUCTIVA.pdf . Acesso em: 17 out. 2015.

BOURDIEU, Pierre, 1930- **Contafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**; tradução Lucy Magalhães. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1998.

BULL, Heddley **A sociedade anárquica** / Heddley Buli: Prefácio de Williams Gonçalves: Trad. Sérgio Bath . Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 XXVIII. 361 p.

CARVALHO, Soraia de. **Assembleia Popular de 1971 e Constituinte de 2006-07: duas saídas para crises de hegemonia na Bolívia**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v14_soraia1_GVI.pdf . Acesso em: 17 set. 2015.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de; COSTA, Bernardo Leandro Carvalho. **O novo constitucionalismo latino-americano: uma discussão tipológica**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.8, n.1, 1º quadrimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2005). “**Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’**”, em LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso.

CLAVERO, Bartolomé. **Tribunal Constitucional en Estado Plurinacional: El Reto Constituyente de Bolivia**. Revista Española de Derecho Constitucional ISSN: 0211-5743, núm. 94, enero-abril (2012), págs. 00-00.

CAMARGO, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales** / Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de Camargo. — Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 2006. 352p.

CÂMARA, Marcelo Argenta. HEIDRICH, Álvaro Luís. **Identidades sócio-territoriais na Bolívia: o território e as identidades na gênese das estratégias de luta dos novos (?) movimentos sociais bolivianos**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/marceloargentacamaraalvaroluizheidrich.pdf> .Acesso em: 15 set. 2015.

CILIA, Gustavo Bianezzi. 1984- **Movimiento al Socialismo: crescimento e organização**. Campinas , SP: [s.n], 2012.

CARR, Eduard Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2ª. Edição setembro, 2001.

CASTRO, Tales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p.

COGGIOLA, Osvaldo. O ciclo militar na América do Sul. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/tag/ditadura-militar/> . Acesso em: 28 out. 2015

CONNELL, Raewyn. **A iminente revolução na teoria social.** *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 09-20, Oct. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001>.

COX, Robert. “**Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**”. *Millennium*, vol. 10, no. 2, 1981, pp. 126-155.

CLAVERO, Bartolomé. **Derecho indígena y cultura constitucional en América.** 1994. México: Siglo XXI.

CUNHA, André Moreira. **Reflexões sobre a crise boliviana.** *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 5-30, nov. 2004.

CUNHA FILHO, Clayton M; VIANA, João Paulo S. L. **A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, estabilidade, e refundação institucional.** In: *Integração Sul-americana: desafios e perspectivas.* Editora Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS. Assembléia Geral da ONU, 107ª Sessão Plenária (13 de set. de 2007). Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 13 set. 2007.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. Resolução A/RES/55/2 (8 de set. de 2000). Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf . Acesso em: 10 set. 2015.

DECRETO SUPREMO 0006. **BONO MADRE NIÑO-NIÑA “JUANA AZURDUY”.** Lago Titicaca, Bolívia (3 abr. 2009). Disponível em: http://www.bja.gob.bo/images/pdfarticulos/decreto_supremo0066.pdf . Acesso em: 23 out. 2015.

DÚRAN GIL, Aldo. **Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978).** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n], 2003.

DEP: **Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch** n°. 10 (outubro/dezembro 2009) – . Brasília : Projeto Raúl Prebisch, 2009.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> Acessado em março de 2015.

FERENCH-DAVIS, Ricardo. As Economias Latino-Americanas, 1950-1990. In: BETHELL, Leslie. A América Latina após 1930: Economia e Sociedade – Coleção História da América Latina, Volume VI São Paulo: EdUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2005, p. 129-228.

FILHO, Clayton Mendonça Cunha. **Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia Nacional-popular e Indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

FONSECA, Melody; JERREMS, Ari. **Pensamiento decolonial: ¿una “nueva” apuesta en las Relaciones Internacionales?**. Relaciones Internacionales, núm. 19, febrero de 2012 GERI – UAM.

FURTADO, Celso. **Economia Latino-americana**. Ed. Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. – São Paulo: L&PM Editores, 2010.

_____. **As veias abertas da América Latina**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Sociología de los movimientos sociais na Bolívia. Estruturas de movilización, repertórios culturales y acción política**. La Paz: Diakonía-Oxfam, 2004.

_____, Álvaro, 1962- **A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia**; organização e prefácio Pablo Stefanoni; tradução Mouzar Benedito e Igor Ojeda. – São Paulo: Boitempo, 2010.

GROSGOUEL, Ramon (2007). **Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aime Cesaire hasta los zapatistas**, em CASTRO-GOMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporaneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Hayek, F.A. **O caminho da servidão** / F. A. Hayek. – São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOBSBAWN, Eric. **As origens da Revolução Industrial**, São Paulo: Global, 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Tasa de Analfabetismo Departamento Oruro**. Censo de Población y Vivienda. Bolívia, La Paz. 2001. Disponível em: http://censosbolivia.ine.gob.bo/sites/default/files/documentos_descargas/Analfabetismo%20Oruro.pdf . Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Oruro: Tasa de Alfabetismo, por sexo y municipio Censos 2001 y 2012.** Censo de Población y Vivienda. Bolívia, La Paz. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo/pdf/boletin/ORURO.pdf> . Acesso: 13 abr. 2015

_____. **Partos en establecimientos de salud.** Censo de Población y Vivienda. Bolívia, La Paz. Disponível em: http://censosbolivia.ine.gob.bo/sites/default/files/documentos_descargas/ULTIMO%20PARTO%20Oruro.pdf . Acesso em: 24 out. 2015.

_____. **Partos en establecimientos de salud.** Censo de Población y Vivienda. Bolívia, La Paz. Disponível em: http://censosbolivia.ine.gob.bo/sites/default/files/documentos_descargas/PARTOS%20EN%20ESTABLECIMIENTOS%20DE%20SALUD_Oruro.pdf . Acesso em: 24 out. 2015.

_____. **Oruro: Educación, Nivel De Instrucción, Censo 2012 (En Porcentaje).** Censo de Población y Vivienda. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo/pdf/boletin/ORURO.pdf> . Acesso em: 24 out. 2015.

JORDÃO DE CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti. **Bolívia – A criação de um Novo País:** A ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Funag, 2006.

JR, Josias de Paula. **Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate.** Durham & London: Duke University Press, 2008: 628 p. Tradução de Josias de Paula Jr. Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 341 – 346, 2010. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/131>.

KRASNER, Stephen D.. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, June 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000200008>.

LANDER, Edgardo .Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. **En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> Acessado em março de 2015.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 6. Ed. – reimp. – São Paulo: Atlas 2009.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva /** Patrícia Soares Leite. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.228 p.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y Revolución en América Latina**. [s/i]. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/349_subdesarrollo_revolucion.html.

MARIANI, Édio João. **A Trajetória de implantação do Neoliberalismo**. Revista Urutágua- revista acadêmica multidisciplinar (DCS/UEM). Nº 13- ago./set./out./nov. 2007- Quadrimestral. Maringá, Paraná. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm> . Acesso em: 27 out. 2015.

MANDEL, Ernest. **Introdução à Teoria Econômica Marxista**. Instituto Latino-americano de Estudos Sócio-Econômicos (ILAESE). Campinas, 2005.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 26ª Edição, São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política). Livro 1: O Processo de Produção do Capital**. 3ª edição. Ed. Civilização Brasileira, 1975.

MERLE, Marcel (1981). **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: UnB.

MINGNOLO, Walter. (2008). **“La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso”**. Tabula Rasa, n.8, p. 243-282.

_____, Walter D. **Histórias Locales/Diseños Globales** . Madrid: Akal. 2003.

MOURA E CASTRO, Luiz Fernando Damasceno. **Nova Constituição Boliviana**. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20071205112142.pdf . Acesso em: 25 out.2015.

NEVES, José Luis. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, V.1, Nº 3, 2º SEM./1996.

MAYORGA, Fernando. **Encrucijadas Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia**. Editorial Gente Común. Bolívia, La Paz, 2007.

Instituto Nacional de Estadística. **Ine concluyó procesamiento de datos del censo 2012 para medir, no sólo cuántos somos, sino cómo estamos**. Bolívia, La Paz. [s/d].

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2005.

OCTAVIO, Ianni. **A segurança hemisférica**. Caderno Cebrap 12- Diplomacia e imperialismo na América Latina. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Disponível em: http://cebrap.org.br/bv/arquivos/a_seguranca_hemisferica.c.pdf . Acesso em: 29 out. 2015.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2005.

PANNAIN, Rafaela Nunes. **A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas,

Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 2014.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, v.50, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3462/2681>. Acesso em: 28 out. 2015.

PECEQUILO, Cristina. **Introdução às Relações Internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PINHEIRO, Lucas Miranda. **Darcy Ribeiro e a América Latina: um pensamento em busca da identidade e da autonomia latino-americanas**. 2007. 210 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93285>>.

PÉRICAS, Luiz Bernardo. **Bolívia: militares, movimentos sociais e guerrilhas (1964-1971)**. Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/pericas.pdf> . Acesso em: 18 agost. 2015.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Bolívia en breve**. La Paz. Disponível em: http://www.bo.undp.org/content/bolivia/es/home/operations/about_undp/ . Acesso em: 4 agost 2015.

QUIJANO, Anibal. **Estado-Nación, Ciudadanía y Democracia em Cuestión**. In: González, Helena; Schmidt, Heidulf (org.). **Democracia Para Uma Nueva Sociedad** . _____ (2000). “**Colonialidad del poder y clasificacion social**”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.

_____ (2005). **Colonialidad y modernidad-racionalidad**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>.

RIBEIRO, DARCY. **O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **As Américas e a Civilização. Processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **O dilema da América Latina: O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SANTILLÁN, Carlos Condarco. Aniversario de Oruro, 10 de febrero de 1781. Disponível em: <http://www.eabolivia.com/blogs/19109-aniversario-de-oruro-10-de-febrero-de-1781.html> . Acesso em: 29 out. 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1942- **Pode o subalterno falar?** .Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133 p. (Babel).

KRASNER, Stephen D. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes.** In: GUIMARÃES, Dalton; GUIMARÃES, Feliciano; LACERDA, Gustavo Biscaia de. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/08.pdf> . Acesso em: 27 out. 2015.

RODRIGUES, Thiago. **Guerra e política nas relações internacionais.** São Paulo: EDUC, 2010.

RUIZ, Pedro Enrique García. **Geopolítica de la alteridad. Levinas y la filosofía de la liberación de E. Dussel.** Revista de Filosofía Moral y Política, México, [s.i], nº 51, jul-dez., 2014. Disponível em: <http://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/viewArticle/882>. Acesso em: 7 abr. 2015.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A VIA CAMPESSINA E O PÓS-COLONIAL.** Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais –CPEA Universidade Estadual Paulista-UNESP/ Campus de Marília. Uberlândia, 2012. Acessado em abril de 2015. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1377_1.pdf

STEFANONI, Pablo. **Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios . Lutas Sociais,** São Paulo, v. 24, n. 24, p.115-131, [s.i] 2010. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/10-Pablo Stefanoni.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/10-Pablo%20Stefanoni.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2015.

TEIXEIRA, Rita de Cássia Martins. **Identidades indígenas nos movimentos sociais populares e urbanos da Bolívia.** Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4630/1/IDENTIDADES%20IND%20C%208DGENAS%20NOS%20MOVIMENTOS%20SOCIAIS%20POPULARES%20E%20URB.pdf>

VIANA, João Paulo S. L.; MIGUEL, Vinícius V. Raduan. Bolívia: ascensão indígena ao poder e o Movimento ao Socialismo (MAS). Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Vol. 1, No 1 (2012). Disponível em: <http://cadernos.iesp.uerj.br/index.php/CESP/article/viewArticle/52>. Acesso em: 15 set. 2015.

VIDAL, Francisco Baqueiro. **Um marco do fundamentalismo neoliberal: hayek e o caminho da servidão.** Observatório Social do Nordeste (OBSERVANORDESTE). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal.pdf> . Acesso em: 28 out. 2015.

VALLE, Caio Graco. **Os sistemas-mundo e a Globalização**. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/379>>. Acesso em: 20 jan.2015 [s.i] 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**; tradução Renato Aguiar; revisão de tradução César Benjamin e Immanuel Wallerstein. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 144 p.

_____, Immanuel Maurice. **O fim do mundo como concebemos: ciência social para o século XXI**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002, 315 p.

_____, Immanuel Maurice. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.